



Entrevista: Marcos Montes

paraná cooperativo

Ano 4
Número 33
Julho - 2007



AV. Cândido de Abreu, 501 - 80530-000 - Curitiba - PR - www.ocepar.org.br



UM NOVO HORIZONTE

Governo, parlamentares e entidades estudam um programa de garantia de renda aos agricultores

*Feitos
com amor*

ALIMENTOS
Coamo

Para uma vida saudável todo dia.



www.coamo.com.br

Em busca da garantia de renda



João Paulo Koslovski
Presidente do
Sistema OCEPAR

Qualquer trabalhador contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho tem garantia de renda que inclui outros direitos como férias, 13º salário, fundo de garantia, proteção à saúde através de programa estatal e aposentadoria.

Essas garantias que dão segurança ao trabalhador urbano, no entanto, continuam sendo um sonho para a imensa maioria dos trabalhadores do campo, apesar de produzirem sucessivas safras que garantem alimentação farta e barata à população brasileira e seguidos superávits na balança comercial.

Reconhecemos que as autoridades brasileiras se esforçam todos os anos para prover o setor agropecuário dos recursos creditícios para custeio da produção e de mecanismos de apoio à comercialização. Crédito e mecanismos que, no entanto, não são suficientes para garantir renda ao setor que, ano a ano, tem aumentado seu estoque de dívidas provocadas principalmente pela perda de safras em função de adversidades climáticas e políticas públicas insuficientes para garantir o preço mínimo ao agricultor.

Embora os produtores rurais tenham capacidade de dinamizar os setores de máquinas, implementos, fertilizantes, defensivos e agroindústria, sentem-se profundamente frustrados porque na hora da colheita e venda da produção a renda obtida tem ficado muito aquém daquilo que almejam e que, efetivamente, garante a estabilidade desejada.

Assim, seguidamente os agricultores têm buscado junto às autoridades a renegociação de dívidas que foram capazes de produzir a fartura que beneficiou o país e a população urbana.

Foram concluídas, recentemente, negociações das dívidas agrícolas de programas de várias safras,

cujos resultados não proporcionaram renda suficiente para pagar os passivos antigos. Com o apoio da hábil interlocução do ministro Reinhold Stephanes (Agricultura), da atuante Comissão de Agricultura da Câmara Federal, da OCB e da CNA, foi dado o primeiro passo, reduzindo juros e protelando o pagamento do custeio e das parcelas de investimentos que vencem neste ano.

O sucesso das negociações se deve, ainda, a outros fatores, e à seriedade como foram conduzidas e à transparência das informações. Mas não chegamos, ainda, ao bom termo de nossas pendências.

Agora entramos num novo momento de negociações, mais delicado, que é definir mecanismos governamentais que garantam renda ao setor, evitando que a cada frustração de safra ou de preços tenhamos que passar por novo trauma.

Também fica o compromisso assumido junto ao Grupo de Trabalho de que até o final deste ano teremos, em definitivo, soluções para o endividamento rural levando em consideração as diferentes linhas de financiamento ao longo do tempo e definindo o nível possível de comprometimento de renda de cada agricultor para pagamento desta dívida.

Somos competentes na produção e produtividade, mas não temos controle dos fatores externos. Se a sociedade desejar a produção de safras fartas que garantam uma alimentação acessível e contribuem para o equilíbrio de nossa balança comercial, precisamos encontrar o caminho que dê aos trabalhadores do campo a renda justa e proporcional às riquezas que geram.

Esse compromisso tem que ser assumido por todos, especialmente pela sociedade que tem sido a grande beneficiada nesse processo.

Ação cooperativa para o presente e o futuro

Prosseguem em agosto as discussões do Grupo de Trabalho. Em pauta, as negociações que buscam a solução definitiva de um antigo problema da agropecuária brasileira: a falta de uma política de garantia de renda. Os participantes do GT, que reúne representantes dos setores produtivos, do Parlamento e do Governo Federal, têm até o final do ano para elaborar um plano que possa trazer estabilidade e segurança para o campo. Neste momento, o foco das discussões se concentra na questão do endividamento rural. Um tema complexo - em valores já atinge R\$ 131 bilhões - envolvendo diferentes perfis de dívida, vários programas de financiamento, renegociações do passado com diferentes taxas de juros, características de cultura e região, entre outros pontos de divergência. O GT já conseguiu avanços, encontrando saídas emergenciais para as dívidas de custeio. A disposição do governo em dialogar, inclusive com a participação do Ministério da Fazenda, e a integração objetiva dos setores produtivos, criou perspectivas favoráveis ao entendimento. Na matéria especial desta edição da revista Paraná Cooperativo, o leitor poderá acompanhar os desdobramentos das negociações do Grupo de Trabalho, as opiniões de representantes do setor agropecuário, parlamentares e dirigentes do governo.

Também nessa edição, a reportagem do Paraná Cooperativo destaca os projetos de educação e qualificação do setor cooperativista voltados aos jovens. Trabalho que se intensifica com ações e programas desenvolvidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Um exemplo é o Programa Jovens Lideranças Cooperativistas, lançado no Paraná e que poderá se tornar referência em todo o Brasil. O ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, proferiu a aula inaugural do projeto, na Cooperante (Cooperativa Agrícola Campo do Tenente), no Sul do Paraná. “É importante que preparemos os jovens para que assumam o compromisso e a responsabilidade de liderar a articulação cooperativista neste momento de transformação”. Na opinião do ex-presidente da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e da ACI (Aliança Cooperativa Internacional), “as cooperativas fazem frente às conseqüências negativas da globalização, evitam a concentração de renda e a exclusão”. Nas palavras de Rodrigues, a síntese dos objetivos do trabalho cooperativo: “A vida só tem sentido quando tentamos ajudar a construir um mundo melhor. E ninguém faz isso sozinho. É preciso uma ação cooperativa”.

Boa Leitura!

6



Entrevista: o presidente da Comissão de Agricultura do Câmara Federal, deputado Marcos Montes, fala sobre as negociações de uma política de garantia de renda para os produtores e analisa os problemas e o potencial da agropecuária brasileira



10

Especial: reportagem mostra os desafios do Grupo de Trabalho para encontrar uma solução definitiva para os problemas que afligem o campo. Avanços já acontecem na renegociação do endividamento rural

16



Programa Jovens Lideranças Cooperativistas, desenvolvido pelo Sescoop, é lançado no Paraná com aula inaugural proferida pelo ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues

22 Câmara aprova Medida Provisória que inclui ramo crédito no Sescoop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo)

DIRETORIA DA OCEPAR

Presidente

João Paulo Koslovski

Diretores

Áureo Zamprônio
Frans Borg
Valter Pitol
José Otaviano de Oliveira Ribeiro
Paulino Capelin Fachin
Orestes Barrozo Medeiros Pullin
Manfred Alfonso Dasenbrock
Edvino Schadeck
Dilvo Grolli
Valter Vanzella
Renato José Beleze
Luiz Lourenço
José Aroldo Gallassini
Jorge Karl

Conselho Fiscal

Miguel Rubens Tranin
Jaime Basso
Nelson Canan

Suplentes

Gaspar de Geus
Antônio Sérgio de Oliveira

Superintendente

José Roberto Ricken

Superintendente Adjunto:

Nelson Costa

DIRETORIA DO SESCOOP-PR

Presidente

João Paulo Koslovski

Conselho Administrativo

Valter Pitol
Luiz Lourenço
Guntolf van Kaick
Josiany de Fátima Rolo

Suplentes

Frans Borg
Jorge Karl
Célia Hoffmann
Ramon Belisário

Conselho Fiscal

Luiz Humberto de Souza Daniel
Gabriel Nadal
Eurico Woitowicz

Suplentes

Almir Montecelli
Francisco Augusto Sella
Carmem Teresa Zagheti Reis

Superintendente

José Roberto Ricken

EXPEDIENTE

Revista Paraná Cooperativo:

Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescoop-PR.
Editor Responsável: Samuel Zanello Milléo Filho (DRT/PR 3041) **Editor Assistente:** Ricardo Rossi **Redação:** Eloy Setti e Maria Duarte **Apoio:** Cleide de Paula. **Fotos:** Imprensa Ocepar. **Conselho Editorial:** João Paulo Koslovski, José Roberto Ricken, Nelson Costa, Flávio Turra, Gerson Laueremann, Leonardo Boesche, Samuel Zanello Milléo Filho, Eloy Setti **Diagramação, fotolito e impressão:** Editora Paranaense. **Redação:** Av. Cândido de Abreu, 501, CEP 80530-000, Centro Cívico, Curitiba - Paraná. **Telefone:** (41) 3200-1100 / (41) 3200-1109. **Endereço Eletrônico:** imprensa@ocepar.org.br **Página na Internet:** www.ocepar.org.br **As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. *Capa:** fotomontagem em arquivo fotográfico de Marcello Casal / AG.Brasil.

18



Sescoop-PR leva informação e conhecimento sobre cooperativismo para cerca de 1.500 alunos de escolas agrícolas do Paraná



20

Cooperativas do Paraná que atuam no setor de supermercados planejam investir R\$ 25 milhões em modernização e ampliação de lojas



28

Jornalistas de diversos veículos da imprensa e dirigentes cooperativistas acompanharam o lançamento do Prêmio Ocepar de Jornalismo 2007

30 Reuniões de Núcleo debatem cenários econômicos e perspectivas para o cooperativismo

33 No último capítulo do especial da história "Ocepar 35 anos", a evolução do cooperativismo e os desafios do presente

Deputado Federal Marcos Montes

Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal

“Diálogo e objetividade para renegociar dívidas”

As soluções para os problemas de endividamento do setor agropecuário devem ser encontradas numa mesa de negociações, de forma objetiva e sem influências ideológicas ou partidárias. É o que defende o deputado Marcos Montes (DEM/MG), que preside a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal. De acordo com o parlamentar, a postura franca e alinhada com as reivindicações do setor rural abriu caminhos para o diálogo com o Ministério da Agricultura e, principalmente, junto ao Ministério da Fazenda. “A atuação do Grupo de Trabalho, formado por representantes dos ministérios, do Parlamento e dos produtores, tem sido fundamental e trará ainda muitos avanços para a agropecuária brasileira”.

Segundo Montes, as dívidas dos agricultores devem ser reavaliadas sem a incidência de juros excessivos e considerando o perfil de cada produtor, evitando avaliações do setor como um todo. “Acredito que as discussões do Grupo de Trabalho vão caminhar em direção à efetiva implementação de uma política de garantia de renda para os produtores, que traga segurança e evite as conseqüências e calamidades que se repetem sempre que uma crise atinge o campo”, relata.

Mineiro do município de Sacramento, 57 anos, Montes é médico e produtor rural. Foi prefeito de Uberaba por dois mandatos e secretário estadual de Desenvolvimento Social e Esportes do governo de Aécio Neves. Desde fevereiro no comando da Comissão de Agricultura, o deputado afirma que o momento é oportuno para que os problemas estruturais do setor sejam equacionados, mas alerta sobre os gargalos que afetam a competitividade brasileira. “Juros exorbitantes, carga tributária elevada e infra-estrutura e logística deficientes colocam em risco o desenvolvimento do país”.

Em entrevista exclusiva à revista Paraná Cooperativo, Marcos Montes fala sobre o trabalho da Comissão e faz uma avaliação das perspectivas para a agropecuária. “O Brasil será o maior produtor de alimentos e energia do mundo”, acredita.



Fotos: Assessoria Ocepar

Paraná Cooperativo – Apesar de incompleto, o Plano Safra trouxe algumas medidas importantes para o setor produtivo. Esses avanços podem ser atribuídos à disposição do Governo Federal em ouvir e negociar com o setor produtivo? Qual a sua avaliação?

Marcos Montes – Tudo o que foi anunciado foi resultado, em grande parte, das negociações entre os representantes do setor produtivo e parlamentares da Comissão de Agricultura com o Governo Federal. Negociação que vai ser ampliada com a formação do Grupo de Trabalho que já está buscando soluções para o impasse do endividamento agrícola. Ressalto que não ficamos plenamente satisfeitos com o Plano Safra, mas sem dúvida alguns avanços importantes ocorreram. No momento em que o João Paulo (João Paulo Koslovski, presidente da Ocepar) falava durante o lançamento do Plano Safra (no dia 28 de junho, no Palácio do Planalto) ele representava todo o setor produtivo e cooperativo do país, o que se tornou possível graças ao diálogo que se estabeleceu entre o governo e os representantes da agropecuária. Demos um passo importante porque o Ministério da Fazenda compreendeu que estava em jogo o futuro de um dos setores mais produtivos desse país, que gera milhões de empregos e responde por grande parte do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. Eu acredito que o diálogo está se consolidando e poderá trazer muito mais benefícios para o campo. Antes, o que ocorria era que o Ministério da Agricultura tinha boa vontade, mas não tinha poder de convencimento na área econômica do Governo.

Paraná Cooperativo – E quais pontos do Plano Safra o senhor destacaria?

Marcos Montes – A redução da taxa de juros, o aumento no montante de recursos, a ampliação do limite do Proger Rural (Programa de Geração de Emprego e Renda), incluindo um número



“
Os juros exorbitantes vigentes nos contratos passados não devem ser mantidos na reestruturação do endividamento agrícola
”

maior de produtores que pagarão juros que foram reduzidos para 6,25%, entre outros, podem ser considerados avanços importantes. Penso que agora devemos concentrar esforços nas discussões do Grupo de Trabalho, para que possamos equacionar os problemas do

endividamento. E mais do que isso, caminhar em direção à efetiva implementação de uma política de garantia de renda para os produtores.

Paraná Cooperativo – Quais medidas a Comissão de Agricultura defende para solucionar os problemas do endividamento agrícola?

Marcos Montes – Penso que é preciso partir de negociação caso a caso com os produtores, de acordo com o perfil da dívida, porque há muitos setores e produtores que podem ser prejudicados se houver a avaliação como um todo. Os juros exorbitantes dos contratos passados não devem prevalecer nas renegociações. O Grupo de Trabalho (que reúne representantes do setor produtivo e dos ministérios da Fazenda e Agricultura, além de parlamentares e técnicos) vai encontrar os caminhos adequados para a resolução desse grave e constante problema da agropecuária. Acredito que vamos conseguir, ao fim desse trabalho, ir além e encontrar a solução definitiva, a partir de uma política que reduza juros, garanta a renda, tenha um fundo de catástrofe, enfim,

que dê condições para que o produtor volte a ter perspectivas de corrigir o problema das dívidas. Nos últimos anos, a remuneração do capital foi extremamente elevada e a remuneração da produção da propriedade agrícola foi penalizada. Isso deve ser revisto e considerado nas renegociações.

Paraná Cooperativo – O discurso afinado entre os participantes do Grupo de Trabalho representa uma oportunidade para que avanços sejam realizados de forma objetiva, na mesa de negociação? ▶

Marcos Montes – Sem dúvida. Pela primeira vez temos um Grupo de Trabalho que abrange todos os setores comprometidos com o campo, com uma disposição ao diálogo do Ministério da Agricultura e, principalmente, a participação efetiva do Ministério da Fazenda. É preciso destacar a sensibilidade do ministro Reinhold Stephanes, que chamou todos ao diálogo e à negociação equilibrada. Estamos buscando dar fôlego ao pequeno produtor, renegociando suas dívidas sem a pressão de juros estapafúrdios. Para a Comissão de Agricultura esse momento é especial e pretendemos continuar nessa linha de atuação sem radicalismos, sem “tratorações”, sem quebra-quebra. Queremos mostrar a realidade e buscar soluções objetivas, na mesa de negociações. É uma luta sem partidos ou ideologias em defesa do produtor rural.

Paraná Cooperativo – Na sua opinião, quais medidas ainda precisam ser viabilizadas para que a situação se torne ideal?

Marcos Montes – Os produtores precisam ter garantias de uma renda mínima, seguro rural, juros menores e melhores condições para escoar a sua produção, ou seja, infra-estrutura e logística adequadas. O mundo nunca viveu um momento tão propício, do ponto de vista econômico, mas isso não vai prosseguir eternamente. O Brasil tem uma série de situações que precisam ser resolvidas imediatamente. A questão da infra-estrutura é fatal para o setor e não estamos tendo os investimentos necessários. Uma política agrícola plena deve considerar todas essas questões. É bom ressaltar que os problemas de infra-estrutura colocam em risco o próprio desenvolvimento do país.

Paraná Cooperativo – Reunindo diferentes correntes políticas, de que forma a Comissão de Agricultura atua para evitar que a politização excessiva influencie em suas decisões?

Marcos Montes – Uma nova visão prevalece hoje na Comissão da Agri-



“

Os produtores brasileiros precisam ter garantias de renda, seguro rural e melhores condições de logística e infra-estrutura

”

cultura, uma visão pautada na busca de benefícios para a agropecuária brasileira através de uma metodologia de trabalho apartidária. Foi essa postura que possibilitou que ampliássemos os canais de diálogo com todos os setores e com o governo. Criamos subco-

missões e a partir daí, começamos a trabalhar num projeto de aproximação com o Mapa e com o Ministério da Fazenda. A indicação do deputado federal Reinhold Stephanes para o Ministério da Agricultura foi muito positiva. Com a criação do Grupo de Trabalho foi dado um passo fundamental para a soma de esforços, o que abriu perspectivas para novas negociações onde começaram a participar CNA (Comissão Nacional da Agricultura) e OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). É necessário enfatizar que, no Grupo de Trabalho, assim como na Comissão da Agricultura, não há lutas isoladas. Os parlamentares da Comissão buscam em conjunto soluções para o setor agropecuário como um todo, sem divisões ou rótulos. A bandeira do pequeno produtor não é propriedade de nenhum partido. É uma missão de todos.

Paraná Cooperativo – Qual avaliação o senhor faz do trabalho das cooperativas brasileiras?

Marcos Montes – O crescimento do país não pode acontecer concentrando riqueza. As cooperativas impulsionam a economia regional e promovem a justa distribuição de renda. O cooperativismo desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento do Brasil e contribui para diminuição das desigualdades sociais. Eu acredito que é o instrumento de organização econômica com o maior alcance social que existe hoje no mundo. Vejo com alegria o crescimento do cooperativismo no país, porque estimula o desenvolvimento sustentável e considera inúmeros aspectos da vida das pessoas,

como qualificação profissional, autonomia econômica e política, e propõe práticas ambientais responsáveis. As cooperativas nos fazem despertar para o ser humano, sem a visão individualista do lucro como único objetivo. Naturalmente, a força do cooperativismo vai ganhar espaço também nas ações políticas. Não tenho dúvidas de que o cooperativismo tem um horizonte de sucesso no Brasil em todos os ramos de atuação.

Paraná Cooperativo – De acordo com especialistas, não há perspectiva, em curto prazo, de que a situação do câmbio seja resolvida. Nesse momento, a atividade agrícola está rentável porque os preços das commodities seguem elevados, acima do nível histórico. Como os produtores podem se defender dos impactos cambiais?

Marcos Montes – Temos duas realidades distintas: o Brasil para os investidores internacionais representa risco baixo e juros altos, ou seja, melhor remuneração. E o mercado financeiro está atraindo uma chuva de dólares ao país, o que faz a cotação da moeda despencar. Enquanto isso, o Brasil para o produtor rural não tem como se proteger do câmbio e sofre perda de rentabilidade, juntamente com os segmentos exportadores. Nesse contexto, a solução para o setor agropecuário é a redução dos custos de produção diretos e indiretos. Mas, ao contrário, o que está ocorrendo é uma alta nas despesas, por conta da elevação dos preços dos insumos (fertilizantes, herbicidas, combustíveis, entre outros) e dos gargalos de infra-estrutura e logística. Por exemplo, o produtor de soja do Mato Grosso recebe cer-

ca de R\$ 22,00 por saca, que chega em Paranaguá cotada a R\$ 32,00. É o impacto principalmente do custo do transporte. As despesas subiram muito e a receita não acompanhou. E tem ainda as taxas de juros praticadas que chegam a 16% ao ano, o que é uma loucura, e a carga tributária de



“
O cooperativismo nos faz despertar para o ser humano através de práticas sustentáveis e distribuição justa de renda, sem a visão individualista do lucro como único objetivo
”

cerca de 38% do PIB. Para manter a viabilidade econômica da agropecuária, é preciso que ocorram mudanças estruturais que corrijam estas distorções.

Paraná Cooperativo – Os resultados conquistados pela Comissão da Agricultura e o Grupo de Trabalho ainda são pouco conhecidos do público. As denúncias contra alguns parlamentares acabam tendo maior espaço na mídia. Como o senhor avalia essa situação?

Marcos Montes – É uma pena que os desvios éticos de uma minoria acabem ofuscando aqueles parlamentares que estão tentando construir um país melhor para todos. Existem sim muitos parlamentares de boa índole e que estão trabalhando em busca de alternativas e melhorias para a população. É necessário também destacar o que é positivo. Mas é claro que defendo punição exemplar para os políticos nefastos. Porque se eles saem impunes, todos os parlamentares acabam sendo acusados de desonestidade. Defendo, inclusive, o fim da imunidade parlamentar. Quem errou, deve responder pelos seus erros e arcar com as consequências.

Paraná Cooperativo – Quais avaliações o senhor faz das perspectivas para a agropecuária brasileira?

Marcos Montes – A potencialidade do Brasil é única no mundo. Temos oportunidades incríveis em todos os setores da agropecuária. Precisamos, através da agroindústria, intensificar o processo de agregação de valor de nossos produtos. E agora temos um horizonte imenso de crescimento na produção de biocombustíveis. Vamos ser os maiores geradores de alimentos e de energia do mundo. Basta que tenhamos os mecanismos e instrumentos certos para ampliar a renda e a competitividade dos produtores brasileiros. ■



Foto: Assessoria MAPA

Na mesa de negociações: representantes do setor produtivo, parlamentares e governo em reunião do GT, em Brasília

Em busca de uma solução definitiva

Grupo de Trabalho negocia elaboração de uma política agrícola que resolva o problema de renda dos produtores brasileiros

Entre as medidas que constam no Plano Safra, divulgado em junho, a renegociação de parte das dívidas agrícolas foi considerada um primeiro passo para amenizar a situação dos produtores rurais. Mas a pressão do endividamento é um problema que persiste ao longo dos anos e se intensifica a cada nova crise no campo, com dívidas hoje superiores a R\$ 130 bilhões. A inclusão do tema no Plano Safra é resultado das

negociações realizadas pelo Grupo de Trabalho, que reúne representantes da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), Comissão da Agricultura do Congresso e dos ministérios da Agricultura (Mapa) e da Fazenda. O Grupo de Trabalho (GT) foi convocado pelo atual titular da pasta, ministro Reinhold Stephanes. A tarefa do GT é chegar, até o fim do ano, a um consenso para solucionar o complexo problema do endividamento e avançar rumo à formulação de uma política de garantia de renda. Um desafio que há décadas segue inatingível. A disposição do governo em negociar e a integração mobilizada dos representantes dos pro-

dutores torna viável o caminho para a resolução de antigas reivindicações da agropecuária.

De acordo com o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, que representa a OCB no Grupo de Trabalho, o momento é oportuno para que medidas estruturantes fundamentais sejam negociadas de forma objetiva e tenaz. “Nosso foco está na solução das dívidas rurais, para depois concentrar esforços em torno da elaboração de uma política de garantia de renda, que seja consistente e definitiva e preserve a rentabilidade da agropecuária brasileira, a ser implementada já na safra de verão 2007/08”, explica. “É preciso ressaltar o compromisso do presidente Lula e do ministro

Stephanes, que buscaram a aproximação e o diálogo franco com o setor produtivo”, lembra.

Stephanes, deputado federal e membro da Frencoop (Frente Parlamentar do Cooperativismo), conhece o histórico de impasses e decisões paliativas ocorridas em renegociações passadas. “Desde o início da década de 90 o problema do endividamento está presente, com prorrogações e sucessivos acordos a partir de 1995. A agricultura é uma atividade de risco, que sofre influência de inúmeros fatores: estiagem, chuvas, pragas, desaceleração de preços, entre outros. Precisamos de uma política que proteja os produtores das crises cíclicas do clima e dos mercados”, disse, em recente entrevista à revista Paraná Cooperativo, dias antes do lançamento do Plano Safra.

Medidas Emergenciais

As discussões que antecederam a divulgação do Plano Safra buscaram amenizar o impacto das frustrações de safras consecutivas, afetadas pela estiagem prolongada. Pelo acordo acertado com o Governo Federal, as dívidas de custeio que já foram renegociadas nos últimos anos, referentes às safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, tiveram a parcela a ser paga neste ano (2007) prorrogada para 12 meses após o fim do contrato atual. Para os produtores com dívidas de investimentos, e que estavam em dia com os pagamentos até dezembro de 2006, o governo concedeu novo prazo até 31 de agosto para renegociação

das parcelas vincendas em 2007.

Enquadram-se neste caso os programas Moderfrota, Finame Agrícola Especial, Prodecoop, Moderagro, Moderinfra, Prodefruta, Prodeagro e Propflora, Pronaf Investimento e Proger Investimento. O governo irá publicar os instrumentos legais até o fim de agosto estipulando as características desta renegociação. Pelo acordo com o Grupo de Trabalho, os produtores pagariam no mínimo 20% ou 30% da parcela da dívida, dependendo do programa (leia Box), e receberiam um bônus (desconto) entre 5% e 15%, prorrogando o restante para pagamento após 1 ano do fim do contrato.



Foto: Guida Gorga / CAPADR

Primeiros avanços negociados pelo Grupo de Trabalho foram anunciados durante o lançamento do Plano Safra, em junho

Garantia de renda para a agropecuária

Na opinião do ministro Stephanes, as renegociações do endividamento caminham para uma solução “particularizada”, com critérios técnicos que considerem tipo da cultura, região e perfil do agricultor endividado. “Precisamos criar um processo decisório para essa situação. Os produtores necessitam de mais prazo e condições de pagamento”.

Um ponto é inquestionável entre os negociadores do Grupo de Trabalho: a reestruturação das dívidas só acontecerá através de medidas que evitem a perda da rentabilidade do produtor. As discussões sobre endividamento envolvem questões controversas, que exercem forte pressão nos custos de produção da atividade agrícola, e devem ser consideradas pelo GT. “Tivemos uma alta injustificável superior a 30%, em média, no preço dos insumos, principalmente fertilizantes e herbicidas. Mesmo com o dólar em queda, as multinacionais reajustaram os valores de seus produtos, comprometendo as já escassas margens de rentabilidade do setor”, reclama o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS), integrante do Grupo de Trabalho.

Para o presidente da Frencoop, deputado federal Odacir Zonta (PP-SC), o tema endividamento é complexo e as negociações devem considerar variáveis que

Política agrícola deve ter mecanismos para salvaguardar produtores contra a estiagem e outras catástrofes climáticas

afetam as margens dos produtores, tais como câmbio e custeio elevado. “Diante do atual cenário de reajustes, defendemos a liberação do mercado de defensivos e fertilizantes com o Mercosul”.

Segundo o assessor do Ministério da Agricultura, José Gerardo Fontelles, a elevação dos preços dos herbicidas e fertilizantes já está sendo analisada pela Secretaria de Defesa Econômica (SDE) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que pode impor sanções às empresas, caso comprove prática comercial abusiva. “Quanto às negociações, estamos tendo bons resultados. Nas medidas emergenciais, deverá ser publicada uma Medida Provisória para fazer valer o alongamento da parcela nas linhas de financiamento para investimentos. Existe um efeito suspensivo que é válido até 31 de agosto”, explica. “Para a solução definitiva do endividamento, há um compromisso do Governo Federal em realizar uma análise estrutural para ampliar as condições de renegociação”, ressalta. Fontelles é um dos representan-

tes do Mapa no GT.

Além do Mapa, a participação do Ministério da Fazenda nas negociações é considerada fundamental para o sucesso do Grupo de Trabalho. “Antes, o que ocorria era que o Ministério da Agricultura tinha boa vontade, mas não tinha poder de convencimento na área econômica do governo. Agora, o GT abrange também representantes da Fazenda, o que é um diferencial qualitativo para o Grupo”, afirma o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, deputado Marcos Montes.

Apesar do bom andamento das negociações, é preciso manter-se focado nas reivindicações prioritárias do campo. É a opinião do deputado federal Abelardo Lupion (DEM-PR), que enfatiza a necessidade da criação de mecanismos de seguro de renda e contra catástrofes climáticas. “Temos que ter consciência de que será uma negociação difícil e o setor agropecuário deve continuar mobilizado para que o Grupo de Trabalho obtenha sucesso”, observa.

Segurança e estabilidade no campo

Quando as negociações sobre o endividamento rural estiverem concluídas, o GT continuará as discussões em torno de uma política agrícola que coloque fim à instabilidade e incerteza que predominam no campo. Especialistas do agronegócio afirmam que a solução envolve um conjunto de medidas como seguro rural e garantia de preço e comercialização. “Se ocorrer um problema climático, a lavoura deveria estar protegida pelo seguro. Em caso de crise de mercado, haveria instrumentos para aquisição, a um preço rentável, da produção. É claro que estas garantias seriam variáveis conforme ca-

racterísticas regionais, tipo de produto e dimensão da propriedade”, diz Flavio Turra, gerente técnico e econômico do Sistema Ocepar.

Estudo sobre a crise agrícola realizado pela Agroconsult, empresa especializada em análise de mercados, mostra que a decisão sobre o endividamento “determinará o ritmo de recuperação da área plantada e da produção, e a intensidade de seus efeitos sobre a renda agrícola”. O trabalho sugere políticas para o setor que considerem a implantação de um programa amplo de seguro rural, revisão da estrutura tributária, comercialização

com utilização de mercados futuros e derivativos, ampliação de recursos para pesquisa agrícola, intensificação da defesa sanitária, melhoria da infra-estrutura e redução da instabilidade de preços e juros, entre outras medidas.

A análise da Agroconsult entende que o momento é adequado para avançar na elaboração de uma política de garantia de renda para a agricultura. A adoção de mudanças estruturais seria o diferencial entre “a consolidação de nossa competitividade (Brasil) ou apenas mais um período favorável desperdiçado”, conclui o estudo.

Comunicação em Cooperativismo

Pós-Graduação Lato Sensu

Capacitar profissionais que atuam na área de **Comunicação Social das cooperativas**

**Inscrições Abertas
Vagas Limitadas!**

Curso Mensal:
Quinta, Sexta e Sábado

Local das Aulas:
Campus Curitiba (PR)
Prado Velho

Início das Aulas:
Agosto de 2007

Duração:
12 meses a partir do início do curso

Realização:



**OCEPAR
SESCOOP/PR**



PUCPR



Soluções Avançadas em Gestão

Informações:

Fone: (41) 3200-1100 | imprensa@ocepar.org.br | www.ocepar.org.br

Wilson Pan: bancos demoram a cumprir acordos negociados entre os produtores e o governo

Foto: Albari Rosa/Gazeta do Povo

Agricultores aguardam decisões com cautela

No campo, os agricultores aguardam com cautela os desdobramentos das negociações do endividamento. Escaldados por anos de indefinição, os produtores reclamam da demora que decorre entre as decisões anunciadas pelo governo e a realização das medidas divulgadas. “O agricultor acompanha nos noticiários da TV e do rádio o anúncio de renegociação, mas quando chega no banco nada acontece. Os gerentes dizem desconhecer o assunto ou afirmam que as resoluções ainda

não foram publicadas. E muitas vezes a cobrança do agente financeiro se intensifica”, relata Wilson Pan, agricultor com propriedade no município de Londrina, Norte do Paraná.

Os representantes do Grupo de Trabalho fazem coro à reclamação dos produtores. “Muitos gerentes de banco, mesmo depois do anúncio de uma renegociação e do efeito suspensivo, que vale até a publicação das resoluções, continuam pressionando os agricultores para o pagamento

de dívidas ou condicionam as negociações à compra de algum produto como seguro ou consórcio”, afirma o deputado federal Valdir Collato (PMDB-SC). Segundo o parlamentar, o GT está atento a este problema, que será avaliado durante as reuniões. “O diálogo franco que se estabeleceu entre os representantes do setor produtivo e o governo nos deixa esperançosos de que avanços acontecerão”, prevê. Os encontros do Grupo de Trabalho recomeçam em agosto. ■

Saiba mais...

R\$ 131 bilhões é o total de dívidas rurais no sistema financeiro (bancos)

R\$ 40 bilhões se referem ao Moderfrota, programa para compra de máquinas e equipamentos agrícolas

Dívida de custeio se refere a programas de curto prazo (menos de 1 ano) que financiam despesas com o preparo do solo, plantio, tratamentos culturais (defensivos agrícolas e fertilizantes) e colheita

Dívida de investimento se refere a programas de longo prazo (mais de 1 ano) que financiam a compra de bens de produção (máquinas agrícolas, armazéns, entre outros)

Decisões do governo sobre dívida dependem de Medidas Provisórias ou resoluções do Banco Central para serem implementadas

Renegociações agrícolas já ocorreram em outros tempos: em 1995/96, o governo amenizou a crise da época instituindo a Securitização (para dívidas de até R\$ 200 mil), PESA (acima de R\$ 200 mil) e o Recoop (para as cooperativas) que ampliaram o prazo para o pagamento do endividamento

Endividamento

O que já foi resolvido pelo Grupo de Trabalho

Parcelas de custeio vincendas em 2007, de operações prorrogadas de outras safras, estão prorrogadas para 1 ano após o vencimento do contrato

No Moderfrota, Prodecoop e Finame: parcela de 2007 – pagamento mínimo de 30%, com bônus (desconto) de 15%. Restante prorrogado para 1 ano após final do contrato

No Moderagro, Moderinfra, Prodefruta, Prodeagro e Propflora, Pronaf Investimento e Proger Investimento: parcela de 2007 – pagamento mínimo de 20%, com bônus de 5%. Restante prorrogado para 1 ano após final do contrato. Passíveis de alongamento, nesses programas, produtores com renda principal advindas do cultivo de soja, milho, trigo, arroz e algodão

O que ainda falta resolver

Resoluções para as dívidas de investimento

Renegociação do montante de dívidas acumuladas ao longo dos anos de crise

Elaboração de uma política de garantia de renda ao produtor rural

O Melhor Alimento para o seu animal

Nutrição e Saúde num só produto



Rações



INTEGRADA
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

Bovinos, Equinos, Ovinos, Aves, Peixes, Cães, Suínos e Coelhos

A Venda nas Unidades da Integrada e Lojas Especializadas

Os 24 alunos participantes, na foto em companhia do ex-ministro Rodrigues, do presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski e do presidente da Cooperante, Guilherme Grein. Aulas começam no dia 18 de agosto



Fotos: Assessoria Ocepar

Programa Jovens Lideranças é lançado no Paraná

Roberto Rodrigues proferiu a aula inaugural do projeto de formação cooperativista

O Sescop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) lançou no dia 23 de julho, no município de Campo do Tenente, Sul do Paraná, o programa Jovens Lideranças Cooperativistas. O ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, proferiu a aula inaugural do projeto na sede da Cooperante (Cooperativa Agrícola Campo do Tenente), em solenidade que contou com a presença do presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, do gerente de apoio ao desenvolvimento de gestão da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), José Luiz Pantoja, do presidente da Cooperante, Guilherme Grein, autoridades locais e familiares dos estudantes. Também participou do evento o gerente

de desenvolvimento humano do Sescop-PR, Leonardo Boesche.

Os 24 alunos do programa acompanharam com interesse a palestra de Rodrigues, que enfatizou a importância do cooperativismo como um movimento mundial de articulação das pessoas “em defesa do bem-comum, da democracia e da paz”. “As cooperativas são o braço econômico da sociedade organizada e fazem frente às consequências negativas da globalização, evitando a concentração e a exclusão”, disse.

De acordo com Rodrigues, que já presidiu a OCB e a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), os agricultores brasileiros têm o desafio crescente de suprir a demanda do mundo por alimentos e

energia, o que exige mais organização e planejamento. “Por isso é importante que preparemos os jovens para que assumam o compromisso e a responsabilidade de liderar a articulação cooperativista neste momento de transformação”.

Para Rodrigues, a juventude deve se comprometer com sua cooperativa na busca de justiça, democracia e paz. “A vida só tem sentido quando tentamos ajudar a construir um mundo melhor. E ninguém faz isso sozinho. É preciso uma ação cooperativa”, concluiu.

Projeto-Piloto – Para o presidente João Paulo Koslovski, o programa Jovens Lideranças Cooperativistas será um marco para o cooperativismo brasileiro. “É um trabalho que se inicia aqui

na Cooperante e acreditamos que irá se estender ao país todo, num movimento positivo de formação e qualificação da juventude, que estará pronta para responder aos desafios do futuro”, disse. “O Sescop-PR e a Ocepar não medirão esforços para que o programa se realize e obtenha sucesso. Estamos à disposição do Sescop e da Cooperante para que o projeto de formação tenha o andamento adequado”, enfatizou.

Para o gerente da OCB, José Luiz Pantoja, o início do programa para a formação de jovens líderes é resultado de um intenso trabalho que mobilizou o Sescop, e no qual a intercooperação entre as entidades é essencial para que os objetivos sejam atingidos. Falando aos alunos do projeto, Pantoja afirmou estar confiante em atender às expectativas dos participantes, que devem ter “perseverança e confiança para alcançar o sucesso em sua preparação”. “Estou feliz e honrado em representar a OCB no lançamento de um programa de tanta importância para o sistema cooperativista brasileiro. A partir de agora, com o apoio do Sescop-PR e da Cooperante, vamos fazer um acompanhamento constante dos resultados do projeto”, disse.

Em pronunciamento durante o evento, o presidente da Cooperante, Guilherme Grein, afirmou estar emocionado com a escolha da cooperativa como a primeira do país a implementar o programa Jovens Lideranças. “É um orgulho para todos os cooperados e é também uma grande responsabilidade. Vamos nos empenhar totalmente para que o projeto e a Cooperante se tornem referência para o sistema cooperativista brasileiro”.

Aulas começam em agosto – Os 24 estudantes que participam do programa Jovens Lideranças têm idade entre 16 e 24 anos, com ensino médio concluído ou em andamento. O módulo inicial na Cooperante começa no dia 18 de agosto e as aulas acontecerão aos sábados. A carga horária total será de 290 horas/aula, com término previsto para julho de 2008. Para as irmãs Deisi e Raquel Glosskopf, de 17 e 16 anos, o programa representa uma “oportunidade de qualificação” importante. “Acho que vai ajudar muito



Em solenidade na Cooperante, o ex-ministro da Agricultura falou da importância da organização cooperativa para a superação dos desafios do presente e do futuro

para o nosso futuro no mercado de trabalho”, afirmou Raquel. “Vamos aprender muito também sobre o cooperativismo e sua importância para o crescimento das pessoas”, disse Deise. Na opinião de Josimar Knopck, 21 anos, o programa Jovens Lideranças trará conhecimentos importantes para a sua formação pessoal e profissional. “Acho que estou fazendo a coisa certa em participar do projeto, um passo importante para crescer e construir um futuro melhor”.

O Programa de Formação de Jovens

Lideranças Cooperativistas tem o objetivo de fomentar estratégias de gestão de cooperativa e viabilizar alternativas de sucessão nessas organizações, garantindo a continuidade e o fortalecimento do sistema. O programa deverá desenvolver nos alunos habilidades e competências que os conscientizem a respeito da importância de organizar por meio do cooperativismo. Os estudantes participantes receberam mochilas e material didático, além de transporte e estrutura adequada para o curso. ■



Para as irmãs Deisi e Raquel, participar do programa pode criar oportunidades no mercado de trabalho

Semeando

cooperativismo na escola

Projeto leva informação e conhecimento para estudantes de colégios agrícolas do Paraná

Em quatro anos, cerca de cinco mil jovens participaram do projeto Palestras sobre Cooperativismo nas Escolas Agrícolas. Realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop-PR), o programa tem como objetivo prestar informações mais aprofundadas aos estudantes, que irão atuar como técnicos agrícolas e poderão tornar-se disseminadores dos princípios cooperativistas. Neste ano, o ciclo de palestras começou em abril e a previsão é de que esteja concluído na primeira semana de agosto, com a participação de 1.500 alunos de 18 colégios agrícolas paranaenses. O projeto também serve como um preparatório para o VI Ecoopeagri (Encontro Estadual de Cooperativas de Escolas Agrícolas), que acontece de 9 a 11 de agosto, em Faxinal do Céu, numa parceria entre o Sistema Ocepar e a Secretaria de Estado da Educação (Seed).

De acordo com o gerente de Desenvolvimento e Autogestão do Sistema Ocepar, Gerson Lauermann, o programa de palestras foi idealizado em 2004 para acontecer durante dez anos consecutivos, quando terá repassado informações sobre cooperativismo para mais de 15 mil estudantes. “É um trabalho com um alcance de médio e longo prazo. O projeto promove a continuidade do cooperativismo no Paraná, já que esses jovens serão formadores de opinião no campo. Quando estiverem atuando, terão conhecimento e consciência sobre os benefícios da ação cooperativa e poderão repassar estas informações aos produtores”, afirma.

As palestras se somam a outras iniciativas de conscientização. Atualmente,



Foto: Sescoop-PR

Em Toledo, no Oeste do Paraná, alunos acompanham palestra dos técnicos do Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo

11 colégios agrícolas já contam com a atuação de cooperativas-escolas, geridas pelos alunos sob as mesmas regras que valem para qualquer cooperativa do ramo agropecuário. “É a oportunidade para que os estudantes aprendam a administrar um empreendimento cooperativista, conheçam os direitos e deveres de cada associado, os procedimentos e exigências burocráticas, os cuidados com a gestão financeira, a condução das assembleias e o compartilhamento das responsabilidades da vida societária, entre outras ações. A cooperativa-escola tem uma função pedagógica”, explica o analista contábil do Sescoop-PR, João Gogola. O programa de palestras acontece também nos sete colégios que ainda não formaram cooperativas, com o apoio da Seed.

Mercado de trabalho – Segundo Gogola, o interesse dos estudantes têm

sido maior a cada ano. “Os jovens querem saber mais sobre as cooperativas e suas atividades econômicas e sociais. Eles já pensam em sua futura inserção no mercado de trabalho e sabem que o cooperativismo responde por 55% do PIB (Produto Interno Bruto) agrícola do Paraná”, relata.

Outro aspecto identificado pelos técnicos do Sescoop-PR é o grande número de alunos que são filhos de agricultores associados a cooperativas. “Quando estiverem formados, muitos destes jovens vão atuar em conjunto com seus pais na atividade agropecuária. Já estarão mais preparados para dar continuidade ao cooperativismo”, conclui. A equipe do Sescoop-PR, que está visitando colégios em todas as regiões do Paraná, é formada pelos analistas João Gogola, Izaias Lopes, Devair Mem e Jessé Aquino Rodrigues. ■

Itaipu. Duas novas unidades geradoras.

Com a inauguração de duas novas unidades geradoras, a Itaipu Binacional está ampliando sua capacidade para 14 mil megawatts. Uma grande conquista que é fruto da cooperação entre dois povos, unidos por um mesmo desafio: construir a maior usina hidrelétrica do mundo em produção de energia. Itaipu é a integração entre tecnologia e meio ambiente; entre crescimento econômico e respeito às comunidades; entre o hoje e o amanhã.

Uma história que brasileiros e paraguaios escrevem juntos e que vai servir de exemplo para muitas gerações.



Mais energia para o Brasil, para o Paraguai e para as próximas gerações.

Integração
que gera energia e
desenvolvimento.



Gobierno Nacional 
¡Namo pũ'a Paraguay!

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL



Com planejamento e gestão criteriosa, empreendimentos são rentáveis e movimentam a economia regional

Investimentos de R\$ 25 milhões em supermercados

Nos próximos 12 meses, três lojas serão inauguradas e outras nove reformadas e modernizadas, o que irá gerar 190 empregos diretos

Nos próximos 12 meses, os investimentos das cooperativas agropecuárias do Paraná no setor de supermercados serão próximos a R\$ 25 milhões. Três novas lojas deverão ser inauguradas no período e outras nove passarão por reformas, ampliação e modernização. Atualmente, as cooperativas possuem 44 supermercados instalados no Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso, que geram cerca de 1.100 empregos diretos e um faturamento anual de R\$ 200 milhões.

De acordo com estimativas da Gerência Técnica e Econômica (Getec) do Sistema Ocepar, os investimentos vão abrir 190 novos postos de trabalho nos supermercados cooperativistas. “A atuação das cooperativas nesse setor cumpre uma função social importante, pois impulsiona o desenvolvimento local, gera empregos e movimentam a economia de pequenos municípios e distritos. Também age como um elemento de equilíbrio nos preços aos consumidores, contribuindo para uma concorrência

positiva no mercado”, explica o gerente da Getec, Flavio Turra.

No Paraná, oito cooperativas são proprietárias de supermercados, que representam, em média, entre 4% e 12% do faturamento total das entidades. “Muitas lojas estão instaladas em entrepostos localizados em distritos onde não há supermercados. Nessas comunidades, não fosse a cooperativa, seus moradores teriam que se locomover por quilômetros para fazer compras”, lembra Turra.

Apesar dos resultados econômicos

Loja moderna, amplas linhas de produtos e atendimento de qualidade são quesitos essenciais para o sucesso

e sociais, Turra observa que as cooperativas que atuam nesse setor precisam estar preparadas e contar com serviços de alta qualidade. “O setor supermercadista não é o foco principal das cooperativas agropecuárias. Por isso, ao entrar no segmento é necessário planejamento e cuidados para que a atividade seja rentável e auto-suficiente”, alerta.

É o que fez a Copagrill, com sede em Marechal Cândido Rondon, no Oeste do Paraná, que chegou a ter oito lojas. “Decidimos concentrar nossa atuação em apenas um empreendimento, mas transformando-o num modelo de gestão e atendimento, com layout moderno e equipes treinadas e motivadas”, explica o gerente da Divisão Comercial da Copagrill, Jaime Vilani. “É um supermercado que conta com açougue, panificadora e balcões refrigerados para frutas e verduras. Vai ser uma referência para uma futura expansão da cooperativa nesse segmento”, afirma. A Copagrill pretende investir, nos próximos 12 meses, cerca de R\$ 1 milhão na ampliação da loja, localizada no município sede, com a contratação posterior de 15 novos funcionários.

A atuação das cooperativas no setor supermercadista teve início como prestação de serviço aos cooperados. Com 13 lojas e 470 funcionários, a Lar é a cooperativa com maior participação no segmento. A primeira loja foi fundada em 1982, em Medianeira, Oeste do Paraná, município sede da cooperativa. “Começamos atendendo uma reivindicação dos associados, ampliando gradativamente para comunidades que na época não contavam com supermercados. Hoje, é uma atividade que tem boa rentabilidade e é um importante canal para os produtos de varejo da cooperativa”, afirma o gerente da Divisão de Alimentos e Compras da Lar, Jair Meyer.

Com seis lojas no Paraná e Mato Grosso, que geram 200 empregos diretos, a C.Vale estuda a expansão da rede e prepara novos investimentos no setor. “Uma das vantagens da atividade é o rápido fluxo de caixa. Na área de commodities, as transações comerciais demoram meses para serem concluídas. Nos supermercados, o giro é constante”,



afirma Edson Luís Kelm, supervisor geral da Área de Supermercados. “Mas, o setor exige investimentos constantes em qualificação de atendimento e modernização de layout. No ano passado, investimos cerca de R\$ 600 mil somente no sistema de informatização. Atualmente, temos controle on-line de estoques, margens e liquidez”, explica.

Curso de marketing no Fórum de Varejo – O curso itinerante de marketing de varejo prossegue, com início

do quarto módulo nos dias 17 e 18 de agosto, em Cascavel. A iniciativa é uma das ações do Fórum de Varejo do Sistema Ocepar, que pretende ampliar a participação das cooperativas no varejo, através da agroindustrialização e posicionamento de marca e produtos nas gôndolas. Atualmente, cerca de 15 cooperativas disponibilizam seus produtos nos supermercados, com distribuição em todo o Paraná e em vários outros estados do país. ■

Cooperativa	Supermercados (Nº de lojas)	Empregos	*Novos Empregos
Copacol	8	150	70
C.Vale	6	203	45
Lar	13	470	30
Coasul	4	86	20
Coagro	8	50	5
Witmarsum	1	10	
Copagrill	1	98	15
Camisc	3	20	5
Total	44	1.087	190

* Estimativa de geração de emprego para os próximos 12 meses. (Fonte: Getec)



Foto: Arquivo Ocepar

Representantes do setor reunidos na sede da Ocepar, em Curitiba

Cooperativas

de crédito incluídas no SESCOOP

Com forte atuação da Frencoop, Câmara aprova MP que garante ao ramo os benefícios do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

Uma emenda de autoria do deputado Odacir Zonta, presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), aprovada no Projeto de Conversão da Medida Provisória 372/07, na Câmara dos Deputados, dia 10 de julho, representa uma grande conquista para o Ramo Crédito. Essa emenda permite que as cooperativas de crédito passem a contribuir com o adicional de 2,5% para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) sobre a folha de pagamento de seus empregados. Atualmente, o valor recolhido é destinado ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A MP aguarda votação no Senado.

Segundo o deputado Odacir Zonta, foi uma conquista significativa para o cooperativismo, pois o segmento de crédito vai contar com um importante instrumento para a elevação dos índices de profissionalização da gestão das sociedades cooperativas, permitindo que as cooperativas sejam reconhecidas e valorizadas pelo trabalho desenvolvido.

Investimento no social – Há nove anos se tentava incluir o cooperativismo de crédito no SESCOOP. Com esse avanço, as cooperativas terão condições de investir na formação de recursos humanos. Essa é a avaliação do coordenador do Ramo Crédito Frencoop, deputado Arnaldo Jardim, sobre a emenda 109, do Projeto de Conversão da Medida Provisória 372/07. Para o presidente da Central Sicredi Paraná, Manfred Alfonso Dasenbrock, a aprovação da MP é um grande avanço depois de anos de dedicação e estratégia. “Agora teremos condições de preparar melhor o quadro de colaboradores e também de dirigentes”, disse Dasenbrock, destacando a importância da atuação da Frencoop nesse processo.

O gerente de Supervisão e Desenvolvimento do Sicoob, Armando Hammerschmidt, também considerou a aprovação da emenda uma grande conquista. “Nossa grande necessidade é treinamento e capacitação. Hoje treinamos o estritamente necessário, porque a contribuição vai para o INSS”, disse.

O coordenador do Conselho Especializado do Ramo Crédito do Sistema OCB, Manoel Messias da Silva, avalia que com essa medida o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está cumprindo o que prometeu.

De acordo com Messias, o presidente Lula continua acreditando na ação do cooperativismo para a melhoria da sociedade brasileira. “A decisão, que ainda deverá passar pelo Senado Federal, vai trazer grandes avanços, assegurando a implementação da gestão profissional do setor”, analisa.

Serviços sociais – Criado em 1999, o SESCOOP é o “S” mais novo do grupo de entidades que prestam serviços sociais e de aprendizagem custeados pelo recolhimento obrigatório de contribuição descontada na folha de pagamentos dos funcionários. No caso da indústria, são o Sesi e o Senai. Para a agricultura, é o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Também há o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), entre outros. ■



Só uma empresa que enxerga longe consegue ir além.

Para a C.Vale, ir além é atuar em toda a cadeia produtiva, fazendo parte de todas as etapas na produção dos alimentos. É garantir a qualidade de vida de funcionários e consumidores, convertendo trabalho em desenvolvimento. É também buscar o melhor a cada novo dia e fazer do trabalho em grupo um fator de progresso, construindo uma sociedade mais justa, com oportunidades para todos. Ir além é superar as próprias limitações e fazer o melhor por quem faz a C.Vale.



Evento Judicemed/Ocepar discute medicina suplementar

O 1º Fórum Jurídico de Planos de Saúde Judicemed/Ocepar aconteceu no dia 5 de julho, no Palácio da Justiça, em Curitiba. O evento reuniu desembargadores, juizes, advogados, médicos e representantes de empresas e cooperativas de saúde. O objetivo do fórum foi promover a discussão dos principais temas da medicina suplementar, atualizando e subsidiando os representantes do Judiciário acerca das práticas médicas modernas, seus procedimentos, mecanismos e protocolos. O Fórum foi uma iniciativa em parceria da Ocepar com a Judicemed (Associação de Assistência Médico-Hospitalar dos Magistrados do Estado do Paraná). Durante a solenidade de abertura do

evento, o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, falou da importância do Fórum como difusor de informações. "É uma iniciativa fundamental, que amplia o conhecimento sobre temas que afetam diretamente às operadoras e todos os usuários de planos de saúde suplementar. A aproximação entre cooperativas do ramo saúde e o Poder Judiciário é de extrema importância, já que a regulação trouxe mais complexidade ao entendimento sobre os contratos", disse.

De acordo com Koslovski, o cooperativismo do ramo saúde está em expansão no Paraná e no Brasil. "É impossível hoje deixar de associar medicina suplementar ao Sistema Unimed. Como em todos os ramos em que atuam, as cooperativas

realizam um trabalho que visa o bem-estar e a qualidade de vida de seus clientes e cooperados. Iniciativa como este Fórum se somam a outros eventos implementados pela Ocepar e o SESCOOP-PR em conjunto com o Poder Judiciário, buscando informar, aproximar e integrar", concluiu. Juntamente com o presidente Koslovski, compuseram a mesa de autoridades o desembargador Antonio Lopes de Noronha, vice-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, presidente da Judicemed/Amapar, e a superintendente da Judicemed, Ana Cristina Sobocinski Paes. Também acompanharam o Fórum, os assessores jurídicos da Ocepar Paulo Roberto Stoberl e Agostinho Setti da Rocha.



Foto: Assessoria Ocepar

Cooperlac comemora 10 anos de fundação

A Cooperlac Cooperativa Agroindustrial, situada em Toledo, Oeste do Paraná, completou, no último dia 15 de julho, dez anos de atuação. Uma cerimônia para comemorar a data realizada no dia 14 de julho, no Teatro Municipal de Toledo, reuniu aproximadamente 1.100 pessoas, entre lideranças do agronegócio, fundadores e associados.

Durante o evento, o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski fez uma apresentação sobre o cooperativismo paranaense na qual ressaltou a importância do setor no desenvolvimento do estado e comentou os avanços alcançados pela Cooperlac desde sua constituição. Koslovski e os sócios fundadores da cooperativa foram homenageados com uma placa de agradecimento.

A Cooperlac reúne cerca de 1.900 cooperados que são responsáveis pela produção mensal de mais de 2 milhões de litros de leite e 1 milhão



Foto: Cooperlac

de quilos de suínos. Segundo Edegar Rockenbach, presidente da cooperativa, a Cooperlac planeja ainda para 2007 investimentos em fábrica de rações e armazéns para recebimento de cereais. Rockenbach acredita que a Cooperlac cumpriu seus objetivos, nesta primeira

década, que eram alcançar o resultado econômico-financeiro e o aprimoramento tecnológico voltado para a produtividade e qualidade dos processos produtivos nas atividades agropecuárias, bem-estar social e desenvolvimento de seus cooperados e familiares.

Agropecuária perde uma de suas maiores lideranças

A agricultura brasileira perdeu, no último dia 29 de junho, Antônio Ernesto Werna de Salvo, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) nos últimos 17 anos. Salvo faleceu em Belo Horizonte, Minas Gerais. Era engenheiro agrônomo, nascido em 1933, formado pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil, em 1955, no Rio de Janeiro. Presidiu a CNA por cinco mandatos. Presidia também o Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil – Rural Brasil. Salvo elaborou vários trabalhos técnicos na área de zootecnia, publicados pela Escola Veterinária da Universidade de Minas Gerais. Entre eles, o livro "Guzerá 50 Anos – Fazenda Canoas – Curvelo – MG".

Foto: Assessoria Copagra

Ocepar realiza workshop sobre biodiesel em Curitiba

Cerca de 20 pessoas participaram no dia 20 de julho, na sede da Ocepar, de um workshop sobre biodiesel. Entre os participantes, representantes do Iapar, Coodetec, Secretaria da Agricultura, Tecpar, MDA, Agência Nacional do Petróleo, Emater e cooperativas, além de técnicos do Sistema Ocepar. O superintendente adjunto da Ocepar, Nelson Costa, destacou que ainda existem muitas dúvidas em relação ao biodiesel, daí a necessidade de se discutir o assunto com técnicos e especialistas.

O biodiesel é um combustível renovável, produzido a partir de óleos vegetais ou gorduras de origem animal, que substitui parcialmente o óleo diesel de petróleo em motores ciclodiesel automotivos (de caminhões, tratores, camionetas, automóveis) ou estacionários (geradores de eletricidade, calor). Pode ser usado puro ou misturado ao diesel em diversas proporções. A lei determina que a partir do próximo ano a mistura seja de 2% e a partir de 2012, de 5%.

Viva saudável com Iogurtes Frimesa



Os iogurtes Frimesa foram desenvolvidos a partir de culturas especiais de *"lactobacillus vivos"*, que ajudam a regular o funcionamento intestinal dentre vários outros benefícios.
Viva uma vida saudável com iogurtes Frimesa.

Experimente!

Frimesa

Tem gosto de amizade.

www.frimesa.com.br



Foto: Assessoria Ocepar

Fórum discute legislação florestal

Regulação para o setor gera dúvidas e incertezas quanto à expansão da atividade

A nova lei de preservação do Bioma Mata Atlântica e seus reflexos para o setor agropecuário, o Programa Florestal Paranaense, a floresta como alternativa de renda para os produtores rurais e o programa de Mata Ciliar foram os temas do Fórum do Meio Ambiente realizado na Ocepar, no último dia 21 de junho. O evento, que contou com a participação de 39 participantes de 20 cooperativas, foi aberto pelo superintendente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, que defendeu uma concepção mais pragmática da atividade florestal. “Dentro do escopo de desenvolvimento sustentável, a floresta precisa ser pensada como uma atividade comercial. Nesse contexto, é fundamental que as dúvidas sobre a legislação sejam esclarecidas,

para que o setor receba mais investimentos”, afirmou.

Na primeira palestra do Fórum, o engenheiro florestal Luciano Pizzatto discorreu sobre a Lei 11.428 (Mata Atlântica) e seus reflexos no setor agropecuário paranaense, enfatizando a necessidade dos profissionais que atuam no setor conhecerem a legislação para a defesa de suas empresas contra a aplicação equivocada da lei. Segundo Pizzatto, profissionais da área ambiental muitas vezes tendem a se orientar, na fiscalização, por leis que não têm validade perante a legislação federal atual. O engenheiro chamou a atenção para a Instrução Normativa nº 8, da ministra do Meio Ambiente Marina Silva, que simplifica as exigências para o plantio e condução de flores-

tamentos, enquanto órgãos ambientais estaduais ainda exigem o licenciamento ambiental.

Mata Atlântica – Para a maioria dos pesquisadores, é considerada área de Mata Atlântica florestas voltadas para o Oceano Atlântico. Mas em função da pressão exercida pelas organizações governamentais, o conceito de Mata Atlântica hoje abrange praticamente todo o Paraná. Essa situação, que pode impedir a utilização de terras para a agropecuária em quase todo o estado, poderia ser resolvida através da adequação legal, criando normas de uso. Segundo Pizzatto, a Lei 11.428 deveria ser, se aprovada no seu conteúdo original, conforme foi negociada com as Ongs e autoridades ambientais, pelo menos “uma lei boa”. No entanto, devido a forte

pressão de setores protecionistas, vários artigos negociados foram vetados pelo presidente Lula.

Esses vetos estão no Congresso Nacional para análise. E se forem mantidos, toda a vegetação natural, inclusive campos, serão classificadas como área de preservação natural. Pizzatto defende a derrubada do veto a esses artigos como única forma de evitar o caos nos estados produtores.

Desburocratização – Os técnicos de meio ambiente das cooperativas conheceram, durante o Fórum, a proposta de atuação do governo do Paraná na área de florestamento e nas matas ciliares. “Ficou claro, nas palestras apresentadas, que o governo pretende desburocratizar o plantio e a exploração de florestas. A floresta plantada deve ser vista como mais uma opção de renda ao produtor, assim como a soja e o milho”, afirmou o engenheiro agrônomo do Sistema Ocepar, Gustavo Sbrissia, que coordenou o Fórum. ■

Ocepar apresenta proposta ao Conama

A Ocepar quer que campos gerais sejam tratados de forma diferenciada dos campos de altitude. Se ambos os biomas forem tratados de igual forma pela legislação, graves problemas poderão acontecer. Por isso, a organização entregou ao grupo de trabalho do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) uma proposta para regulamentação específica desses campos, que pela literatura são áreas localizadas a mais de 1.600 metros de altitude. “A regulamentação do Conama pretende dar o mesmo tratamento dos Campos de Altitude aos Campos Gerais de Palmas, Guarapuava e Ponta Grossa”, afirma Gustavo Sbrissia, assessor da Gerência Técnica e Econômica da Ocepar, que apresentou a proposta em Brasília.

Sbrissia defende a necessidade de preservação dos Campos de Altitude como um dos biomas da Mata Atlântica tendo em vista a fragilidade e a importância ecológica dessas áreas, considerando o tamanho reduzido desse bioma e o número de espécies endêmi-

cas. “São áreas pobres em ve-geação, solo raso, poucos nutrientes e muitas vezes água escassa”, afirma Sbrissia. Ele considera a inclusão das estepes no mesmo tratamento legal dado aos campos gerais uma “imprópria ampliação e alteração da lei”, com consequências sociais e econômicas por querer assemelhar realidades tão diferentes. “A primeira é de áreas de preservação permanente previstas na Lei 4.771, e a segunda, de áreas povoadas, com a presença de cidades e áreas bastante utilizadas pelo homem, com relevante função econômica e social. “O Brasil já tem mecanismos para a preservação dessas áreas, seja através da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente (APPs), garantindo o desenvolvimento sustentável, a paisagem dos campos e a garantia legal de ocupação e exploração secular”, explica. A proposta da Ocepar será discutida no âmbito do grupo de trabalho que prepara as sugestões a serem analisadas pelo Conama.

Pensar nas pessoas, é pensar num futuro melhor para todos!

ESTA É A NOSSA MISSÃO.

A Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus, com sede no município da Lapa (PR), há 52 anos ao lado do homem do campo garante o sucesso da cadeia do agronegócio nas regiões onde atua.

Com trabalho sério, ético e organizado, a cooperativa colabora de forma direta para o desenvolvimento sócio-econômico regional.

Presente em 10 municípios com estruturas de atendimento, a cooperativa presta os mais diversos serviços para seus 2.650 cooperados.

Por tudo isso, a cada ano que passa, a Bom Jesus apresenta avanços significativos no seu balanço econômico e social, sempre com os olhos voltados para promoção do ser humano.



COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL BOM JESUS



Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus.

Rodovia do Xisto (BR 476), s/n - km 196 - Olaria. CEP: 83750-000 Lapa-PR. Fone (41) 622-1515

www.cooperativabomjesus.com.br cooperativabomjesus@cooperativabomjesus.com.br

Ocepar lança

Neste ano, o tema é “Cooperativismo: Desenvolvimento Econômico com Responsabilidade Social”. Ao todo, serão distribuídos R\$ 44 mil aos vencedores

IV Prêmio de Jornalismo

Cerca de 50 jornalistas dos principais veículos de comunicação do Paraná e assessores de imprensa de entidades de classe de Curitiba participaram no dia 6 de julho, na sede do Sistema Ocepar, em Curitiba, do lançamento do IV Prêmio Ocepar de Jornalismo. O tema neste ano é “Cooperativismo: Desenvolvimento Econômico com Responsabilidade Social”. O prêmio é um programa institucional apresentado pela Ocepar, com o apoio do Sescop-PR e patrocinado pela Federação Unimed do Paraná e Sicredi Paraná.

Ao todo, serão distribuídos R\$ 44 mil em premiações, uma alta de 37,5% em comparação à edição de 2006. Na abertura do evento, o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, afirmou que o trabalho da imprensa tem sido fundamental para a difusão do cooperativismo e de sua importância econômica e social para o Paraná e o Brasil. “O Prêmio Ocepar de Jornalismo é uma maneira de incentivar os profissionais de imprensa a continuar a informar a população sobre as ações das cooperativas”, disse. O Prêmio Ocepar de Jornalismo tem como objetivo principal promover e divulgar os projetos e ações sociais e econômicas realizadas pelo cooperativismo do Paraná.

Na avaliação do coordenador da assessoria de imprensa do Sistema Ocepar, jornalista Samuel Milléo Filho, “tão importante quanto destacar o trabalho realizado pelo sistema, o Prêmio Ocepar também irá valorizar a parceria com a



Imprensa acompanhou o lançamento do concurso jornalístico, que tem o apoio do Sescop-PR e o patrocínio da Federação Unimed do Paraná e do Sicredi Paraná

imprensa, que contribui com o processo de difusão de tecnologia e fortalecimento do cooperativismo publicando matérias sobre produtos, serviços, participação de mercado e ainda sobre a preocupação social e ambiental das cooperativas paranaenses”, lembra.

Podem participar do Prêmio Ocepar jornalistas de todo o território nacional, com matérias e reportagens publicadas em veículos de circulação e veiculação periódica. A produção deve, obrigatoriamente, fazer referência ao Sistema Cooperativista Paranaense.

Inscrições e premiação – Poderão ser inscritos trabalhos em quatro categorias, assim distribuídas: Jornalismo Impresso (jornais e revistas); Telejornalismo

(emissoras de televisão); Radiojornalismo (emissoras de rádio) e Mídia Cooperativa (jornais, revistas, programas de rádio e internet das cooperativas paranaenses). Podem ser inscritas matérias veiculadas no período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de outubro de 2007. Cada participante poderá inscrever até três trabalhos. Serão aceitas inscrições até o dia 1º de novembro de 2007.

Serão distribuídos R\$ 44 mil em prêmios, sendo R\$ 6 mil para o 1º lugar, R\$ 3 mil para o 2º lugar e R\$ 2 mil para o 3º colocado. ■

Serviço – Mais informações podem ser obtidas no site www.ocepar.org.br ou e-mail: imprensa@ocepar.org.br

Cooptur

No Krakatoa, lazer e pratos típicos da Indonésia

A 120 km de Curitiba, em plena Colônia Holandesa, uma opção turística exótica e sofisticada

Uma mansão da comunidade de Carambeí, cidade sede da Batavo, com boa infra-estrutura de lazer e descanso, foi transformada no Krakatoa Restaurante e Pousada, uma das melhores opções oferecidas pela Cooperativa Paranaense de Turismo (Cooptur). O restaurante foi concebido para dar aos freqüentadores a impressão de um mergulho na cultura da Indonésia, país de onde vieram muitos dos imigrantes holandeses que chegaram a Carambeí no início do século passado. Desde a decoração até a vestimenta dos garçons, tudo remete a um outro mundo de cores e aromas especiais.

No Krakatoa, os clientes são especiais porque são selecionados. O restaurante só atende mediante reservas, o que garante um tratamento privilegiado às famílias que o procuram para passar um final de semana ou empresas que buscam um local tranquilo para a realização de seus eventos de lazer ou treinamento. O cardápio da cozinha inclui os melhores pratos da exótica Indonésia, que receberam forte influência holandesa durante os anos da colonização. A culinária é caracterizada pelos seus temperos típicos, com combinações agridoces e muita pimenta. São oferecidos também, para grandes eventos, os famosos cordeiro e porco no rolete e costela de chão, ou ainda um menu elaborado conforme a necessidade do cliente.

A pousada conta em sua infra-



Tranqüilidade e sabores exóticos em Carambeí

Aconchego e elegância numa pousada que empresta o nome de uma ilha vulcânica indonésia

estrutura com piscina, quadra de tênis, quadra de bocha, campo de futebol suíço, mesa de sinuca, churrasqueira e internet banda larga. O conceito por trás do Krakatoa une a tranqüilidade do campo com a elegância e a sofisticação dos serviços gastronômicos das grandes metrópoles. Embora o turista esteja num ambiente rural, os quartos do Krakatoa são muito aconchegantes. Toda a estrutura está disponível para festas, eventos, reuniões e treinamentos.



Serviço – Para dar um atendimento privilegiado aos clientes, o Krakatoa só faz uma exigência: reservas com antecedência! O que pode ser feito através da própria Cooptur (43-3223-4771) ou diretamente com o restaurante (43-3231-1578). www.cooptur.coop.br

Encontros de Núcleos debatem gestão e mercado

Primeira rodada de reuniões teve o apoio das cooperativas Bom Jesus, Coopergrão, Lar e Cocamar

Com o objetivo de propiciar aos dirigentes cooperativistas uma visão dos cenários futuros do mercado, desenvolvendo condições de consolidarem um planejamento de acordo com as demandas por produtos e serviços, o Sistema Ocepar promoveu, de 9 a 12 de julho, a primeira rodada do ano das reuniões dos Núcleos Regionais Cooperativos. As reuniões foram realizadas nas cooperativas Bom Jesus (Lapa), Coopergrão (Laranjeiras do Sul), Lar (Medianeira) e Cocamar (Maringá), esta última reunindo os núcleos Norte e Noroeste, com a participação de 316 dirigentes e executivos das cooperativas.

Na opinião do presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, as reuniões possibilitam um conhecimento mais aprofundado do trabalho das cooperativas e fornecem subsídios para o planejamento estratégico do próprio sistema. “Foram nas reuniões de núcleos que surgiram idéias como o Recoop, que discutimos o SESCOOP e até o Prodecoop, que é um programa voltado para o desenvolvimento das cooperativas. É uma oportunidade de apresentar as ações que o cooperativismo realiza através de sua entidade de representação e também de coletar informações e anseios das cooperativas para pautar nosso programa de trabalho”, frisou Koslovski.

Os Núcleos Regionais Cooperativos foram implantados durante a gestão de Ignácio Aloísio Donel, em 1991, com o objetivo de integrar as cooperativas na mesma região geográfica e buscar solu-



Foto: Assessoria Ocepar

Dirigentes fizeram projeções de cenários futuros, considerando as demandas por produtos e serviços do setor

ções conjuntas para problemas comuns. Atualmente são realizadas duas rodadas de reuniões ao ano. Os Núcleos Regionais Cooperativos são cinco: Centro-Sul, Sudoeste, Oeste, Norte e Noroeste.

Segurança diante dos cenários – Nesta rodada de reuniões o Sistema Ocepar e o SESCOOP-PR promoveram uma palestra que teve por objetivo posicionar os dirigentes das cooperativas diante das novas perspectivas de mercado. O professor Filinto Jorge Eisenbach Neto, da PUC-PR (Pontifícia Universidade Católica), falou sobre “Competências para o Novo Ambiente Econômico Mundial”. Neto abor-

dou as mudanças do macro ambiente, seu impacto no setor e as variáveis externas que provocam mudança organizacional. “Destacamos a necessidade de busca da recomposição da rentabilidade”. Segundo ele, os preços são definidos pelo mercado e existe, por outro lado, um aumento dos custos. Nesse ambiente, para que as organizações possam manter-se e prosperar, “é necessário trabalhar de forma colaborativa”. Depois, o professor Nilson Nazareno, também da PUC-PR, orientou os dirigentes na discussão do tema “Construção de Cenários e Planejamento Estratégico”. ■

VAI ENERGIA AI?

Purity
mix

**Guaraná
com Açaí**

Bebida Mista de
guaraná com extrato de açaí

Fonte de
vitaminas

CONTEÚDO
1 litro

cocamar



Purity

saudável por natureza
www.cocamar.com.br



Foto: Assessoria Uniodonto

Uniodonto realiza 7ª Feira de Negócios

Dentistas cooperados conhecem novidades do setor e atualizam conhecimentos

A Uniodonto Curitiba promoveu entre 13 e 15 de julho a 7ª Feira de Negócios e Encontro Científico da Uniodonto. O evento ocorreu em Curitiba com o apoio da Ocepar e do Sescop Paraná e reuniu dirigentes cooperativistas, cooperados, clientes, autoridades, fornecedores e parceiros comerciais da cooperativa.

De acordo com o presidente da Uniodonto Curitiba e Uniodonto Paraná, Luiz Humberto de Souza Daniel, quando o projeto da Feira começou, em 2001, era um programa de palestras que reuniu cerca de 200 cooperados e três expositores. “Hoje, em sua sétima edição, a Feira de Negócios congrega mais de 1.500 participantes e 48 expositores. O evento não se restringe somente aos dentistas, é voltado também aos atuais e futuros clientes Uniodonto”, explica o dirigente.

A Feira Uniodonto é uma oportunidade para dentistas cooperados promoverem troca de idéias, conhecerem novos produtos e serviços do setor de odontologia e também atualizar conhecimentos profissionais através de palestras sobre novas técnicas odontológicas e equipamentos, gestão, previdência, mercado e atitudes empreendedoras.

Esta edição contou com a participação dos palestrantes Renato Follador, consultor em Previdência, administrador de empresas, ex-secretário de Previdência do Paraná e responsável pela criação do Paraná Previdência; Max Gehringer administrador, palestrante motivacional e autor de diversos livros; e Clóvis Tavares, autor de três livros e criador do conceito “palestra show”.

O Sistema Ocepar participou da Feira de Negócios apresentando ao público pro-

duto e serviços das cooperativas paranaenses. Para o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, a Feira de Negócios Uniodonto é exemplo de uma realização cooperativista bem-sucedida. “A Ocepar e o Sescop-PR sempre estarão juntos com a Uniodonto neste evento que promove o desenvolvimento das pessoas”, disse.

O sistema Uniodonto, através de suas operadoras e seus 22 mil cirurgiões dentistas cooperados, atende em contratos de representação nacional mais de 1 milhão de usuários. A Uniodonto Curitiba, como cooperativa singular, é parte integrante deste sistema, atuando desde setembro de 1984. Da visão idealista de um pequeno grupo de profissionais de odontologia nasceu a cooperativa que conta hoje com 1.000 cirurgiões-dentistas cooperados atuando em Curitiba e Região Metropolitana. ■

2ª Gestão de João Paulo Koslovski - 2000 -2003

Com esta edição, a revista Paraná Cooperativo conclui a publicação do resumo do livro “Ocepar 35 anos – mais de um século de história”, publicado no ano passado, que mostra a saga do cooperativismo entre 1971 a 2006. Cooperativistas

interessados no livro devem solicitá-lo à Assessoria de Imprensa da Ocepar. O pedido também pode ser feito pelo e-mail imprensa@ocepar.org.br. O resumo, que concluímos nesta edição, foi publicado a partir da edição de setembro de 2006.

Presidente	João Paulo Koslovski	
Vice-presidentes	Luiz Roberto Baggio Ari Antonio Reiesdoerfer Valter Vanzella José Aroldo Gallassini Franke Dijkstra Orestes Barrozo Medeiros Pullin Eliseu de Paula Johan van Arragon Fábio Rosso Almir Montecelli Alfredo Lang José Jardim Júnior Valdir Luiz Gehlen	Núcleo Centro Núcleo Sudoeste Sudcoop Coamo Batavo Unimed Corol Fecoerpa Cotriguaçu Núcleo Norte Núcleo Oeste Cocamar Uniodonto
Conselheiros fiscais Titulares	Áureo Zamprônio Sebaldo Waclawovski Willem Berend Bouwman	Coagru Coagro Castrolanda
Conselheiros fiscais Suplentes	Pedro Elgersma Manoel Antônio de Almeida Neto Lindolfo Jacinto Junior	Batavo Unimed Sicredi Paraná

Superintendente: José Roberto Ricken

As mudanças com o SESCOOP

O ano de 2000 foi marcado pelo o início da atuação integral do SESCOOP Paraná, que promoveu significativas mudanças na estrutura interna da Ocepar, extinguindo dois departamentos cujas atividades passaram a ser executadas pelo novo serviço. O SESCOOP foi organizado com dois departamentos para atuar em sintonia com a estrutura da Ocepar, Gerência de Desenvolvimento Humano e Gerência de Desenvolvimento e Autogestão.

No primeiro ano de funcionamento pleno, a Gerência de Desenvolvimento Humano realizou 396 eventos, beneficiando 29.699 pessoas. O Departamento de Desenvolvimento e Autogestão herdou da Ocepar o monitoramento das cooperativas através da aplicação da ferramenta “Sistema de Acompanhamento das Cooperativas”.

R\$ 456 milhões do RECOOP

Apesar das imensas dificuldades na operacionalização do Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias – RECOOP, as cooperativas paranaenses se beneficiaram com um montante de R\$ 456 milhões para o alongamento de suas dívidas e obtenção de novos recursos.

A conquista da “área livre da aftosa”

Como integrante do FUNDEPEC – Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná, a Ocepar participou da realização de estudos para revisão das taxas a serem cobradas pela defesa sanitária animal no Paraná, a partir de 2001, com objetivo de formar um fundo para indenização em caso de incidência de epidemias. A decisão de constituir o FUNDEPEC mudou a atitude das instituições públicas e privadas em relação à sanidade animal, com grandes benefícios a todo o setor.

O Paraná vinha fazendo um trabalho exemplar de defesa sanitária com a integração das ações entre as diversas instituições, entre as quais Seab, Faep e Ocepar, resultando no controle das doenças. O resultado desse trabalho foi o reconhecimento do Paraná, pela Organização Internacional de Epizootias, como área livre da aftosa com vacinação. Para a solenidade histórica da declaração viajaram a Paris o secretário da Agricultura do Paraná, Antonio Leonel Polloni, os presidentes da Ocepar, João Paulo Koslovski, e da Faep, Ágide Meneguette, além de deputados federais, estaduais e jornalistas.

Medalha do Mérito Cooperativista

Em 2000 a Ocepar homenageou com a Medalha do Mérito Cooperativista Paranaense pessoas que se destacaram por sua atuação em benefício do cooperativismo e de seus associados. A indicação para a concessão das medalhas foi feita pelos cooperados, dentro dos critérios estabelecidos pela diretoria. As medalhas foram entregues durante o Encontro Estadual de Cooperativistas Paranaenses, realizado em Curitiba no final do ano.

Foram homenageados: Akira Shibasaki (em memória), da Cooperativa Integrada; Alfredo Lang, da Coopervale; Américo Marega, da Cocamar; Arie Willem Bronkhorst, da Capal; Francisco dos Anjos, da Cooban; Giovani Miranda Lima Santos, da Cepropar; Gotthold Langhohr, da Witmarsum; Irineo da Costa Rodrigues, da Cotrefal; Joaldo Saran, da Coamo; João Angelo Riceto Baggio, da Bom Jesus; José Antonio Scholtz, da Coasul; Klaus Maria Rancke, da Corol; Maria Angela Farah Som-

mer, da Coopercasa; Mércia Polis, da Cefi; Nelson Canan, da Cotransul; Odir João Miglioranza, da Camisc; Paulo Roberto de Carvalho, da Fetrabalho; Roelof Rabbers, da Castrolanda; Seno Cláudio Lunkes, da Sicredi Central; Valter Pitol, da Copacol; Valter Vanzella, da Copagril; Willen de Geus, da Batavo; e Wilson Wadas, da Coagel.

A maior safra da história

O fim da estiagem no Nordeste e a diminuição das chuvas na região Sul foram definitivamente favoráveis à produção de cereais, fazendo da safra agrícola 1999-2000 a maior de toda a história brasileira, totalizando 82,8 milhões de toneladas. A maior safra, até então, havia sido obtida em 1995, com 79,4 milhões de toneladas. Foi um salto considerável, mas não tão grande como se veria nos próximos anos agrícolas.

2001

Leis estaduais reduzem tributação

Três leis estaduais, Hermas Brandão, Valdir Rossoni e Durval Amaral, foram aprovadas na Assembléia Legislativa com objetivo de reduzir os tributos incidentes sobre produtos alimentícios. A Lei Brandão (13.212) beneficiou carnes e lácteos através de dispositivos legais, fazendo reduzir a carga tributária para 7%. A Lei Durval Amaral (13.213) reduziu a carga tributária da farinha de trigo em operações interestaduais. E a Lei Rossoni (13.332) reduziu a tributação do leite nas saídas interestaduais do produto industrializado, bem como margarinas, maioneses, cremes vegetais, gorduras vegetais hidrogenadas e óleos vegetais. Essas leis tiveram por objetivo igualar a tributação paranaense à praticada pelos Estados concorrentes nesses produtos.

Audiência Pública do Código Florestal

No dia 27 de abril de 2001 cerca de 2.300 pessoas se reuniram, em Toledo, para a Audiência Pública que discutiu as alterações do Código Florestal (Medida Provisória 2080-62). As lideranças e comunidade presentes se posicionaram pela aprovação do texto do relator, deputado federal Moacir Micheletto. A reunião foi coordenada pelo presidente da Comissão Mista, senador Jonas Pinheiro, contando com a presença do senador Amir Lando, do secretário da Agricultura do Paraná, Antonio Leonel Poloni, dos presidentes da Ocepar, João Paulo Koslovski, da Faep, Ágide Meneguette, dos deputados federais Osmar Serraglio e Dilceu Sperafico, do deputado estadual Duílio Genari, de dirigentes e associados de inúmeras cooperativas paranaenses.

Arenito, a nova fronteira

Por iniciativa das cooperativas da região Noroeste do Paraná e com base em experimentos da pesquisa oficial, fortemente apoiada pela Cocamar, a Ocepar acionou o Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, para uma reunião no Palácio Iguazu, com a presença do governador Jaime Lerner, secretários de Estado e Faep, a fim de discutir a montagem de um projeto de incentivo denominado "Arenito Nova Fronteira". Esse projeto se tornou realidade, revitalizando a economia regional de extensa área, antes utilizada apenas na criação extensiva de gado.

A área total do Arenito é de 3,2 milhões de hectares distribuídos por 107 municípios. A expansão da agricultura na região do Arenito Caiuá, se ocorrer em apenas 25% da área total, propiciará um aumento de renda de R\$ 860 milhões, com geração de 82 mil novos empregos. O Projeto Arenito foi lançado durante solenidade realizada no final de abril de 2001, em Umuarama.

John Gibler homenageado pela Coodetec

Durante a Assembléia Geral Ordinária realizada em 2001, a Coodetec prestou homenagem ao cientista norte-americano John Gibler, primeiro diretor do Departamento de Pesquisa da Ocepar, entre 1977 a 1979. Cedido sem custos à Ocepar pela Massey-Ferguson, Gibler abriu as portas da pesquisa cooperativista para outros centros, especialmente o mexicano Cymmit, com o qual passou a trocar trabalhos, experiências e materiais.

Reorganização das cooperativas educacionais

O Paraná contava, em 2002, com apenas 11 cooperativas do ramo educacional, somando cerca de 2 mil cooperados, um número pouco representativo considerando a população escolar paranaense. A Ocepar passou a atuar mais fortemente junto aos grupos organizados e, em parceria com a Secretaria da Educação, na reorganização das cooperativas de colégios agrícolas. Durante o ano a Ocepar realizou o Encontro Estadual de Cooperativas Escola, com a presença de 264 participantes de 12 colégios agrícolas. O trabalho nessa área foi iniciado no ano de 2001, através do Programa de Apoio Integral às Pequenas Cooperativas – Procoope, da Gerência de Monitoramento e Autogestão do Sescop Paraná. Em abril foi assinado convênio entre a Agência para o Desenvolvimento do Ensino Técnico do Paraná (Paranatec) e o Sescop, que estabelece vários compromissos relacionados com o desenvolvimento das cooperativas-escolas instaladas nos Centros



Estaduais de Educação Profissional Agrícola, entre os quais a capacitação dos docentes para atuarem como multiplicadores do ensino do cooperativismo entre os alunos cooperados.

Renegociação das dívidas agrícolas

A renegociação das dívidas agrícolas com alongamento de prazo de pagamento e redução das taxas de juros, beneficiando programas como Securitização, Pesa, Funcafé, Pronaf, Recoop, entre outros, foi uma grande conquista do setor durante o ano de 2002. A razão da necessidade de renegociação é que os investimentos no setor agropecuário são quase sempre de maturação longa em função da baixa rentabilidade. Por isso, durante o ano de 2002, o sistema cooperativista brasileiro desencadeou uma série de negociações, obtendo êxito e, com isso, gerando uma economia que permitiria ao setor prosseguir com as atividades. No Recoop, por exemplo, a redução dos encargos financeiros permitiu uma economia de R\$ 63 milhões às cooperativas durante o ano.

Marketing do cooperativismo

Com objetivo de melhorar a imagem do cooperativismo, das cooperativas e da própria Ocepar, várias ações foram desenvolvidas no ano 2002 visando alcançar os diversos públicos com os quais a organização se relaciona. Para isso, foi desenvolvido um sistema de comunicação interativo por meio da Internet e foi realizada campanha de divulgação em emissoras de rádio. A área de comunicação produziu a primeira edição do balanço social do cooperativismo paranaense e o audiovisual “Cooperativas do Paraná”, disponibilizado em CD Card,

Desenvolvimento de tecnologias

Com o objetivo de promover a atualização tecnológica dos profissionais da assistência técnica, a Ocepar e o Sescop formalizaram carta de intenções com a Embrapa, Iapar, Coodetec e Emater visando a execução do Programa Integrado de Desenvolvimento Tecnológico da Agricultura. Esse programa permitiu a realização, em 2003, de 13 eventos com a participação de 200 profissionais que atuam nas culturas de soja, algodão e milho. Aliou, de um lado, a experiência e o conhecimento dos profissionais da pesquisa, do outro, as necessidades sentidas pelos agricultores e levadas aos técnicos da extensão rural. A integração entre esses profissionais leva respostas rápidas aos problemas vividos pelos agricultores. Assim se estabeleceu uma interação entre a pesquisa e a prática nas lavouras através dos eventos “Treino e Visita”, beneficiando milhares de agricultores.

além de um audiovisual institucional. Enquanto o CD teve como objetivo divulgar os produtos e serviços das cooperativas do Paraná, o audiovisual sobre o cooperativismo objetiva a divulgação institucional. O CD teve uma ampla distribuição entre as embaixadas e consulados brasileiros, com objetivo de divulgar os produtos das cooperativas. A falta de material de divulgação dos produtos brasileiros no exterior havia sido reclamada em encontro de dirigentes cooperativistas com adidos comerciais brasileiros.

Organização do sistema sindical



O sistema sindical cooperativista brasileiro começou a ser organizado no início da década de 90, quando organizações de cooperativas estaduais requereram o registro sindical junto ao Ministério do Trabalho para exercerem a representatividade sindical patronal. A denominação “Sindicato” foi acrescentado à antiga denominação “Organização das Cooperativas do Estado do Paraná” por ocasião da realização da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1993. A Ocepar foi a primeira organização de cooperativas a requerer e obter, em 1997, o registro como entidade sindical. Representa as cooperativas nas negociações e desenvolvimento de atividades que visam aprimorar a relação capital e trabalho em seus diferentes desdobramentos.

E em 9/09/2003 a Ocepar abriu a sua base sindical, tendo sido criados 5 sindicatos regionais (um por núcleo cooperativo) representando o ramo agropecuário, um sindicato para cada um dos ramos de transporte, saúde e crédito. Na sequência, constituiu-se a Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – Fecoopar, cuja carta sindical foi emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego no dia 27 de abril de 2006. A Fecoopar é uma associação sindical de grau superior, sem fins lucrativos, voltada para o estudo e defesa das categorias e das atividades compreendidas pelos sindicatos das cooperativas. Com a constituição da Fecoopar, o cooperativismo se organizou num sistema federativo, dando origem ao Sistema Ocepar formado pela três instituições: Ocepar, Fecoopar e Sescop-PR.

Balanco social

Cumprindo o 7º princípio cooperativista, a Ocepar publicou, em parceria com o Sescop Paraná, o segundo relatório Balanco Social das cooperativas paranaenses, que resume as principais atividades desenvolvidas pelas cooperativas filiadas nessa área. Levantamento efetuado pela Ocepar mostra que o investimento de cunho social das cooperativas somou R\$ 1,58 bilhão, o que representa 14,1% da receita das cooperativas.

O ministro do cooperativismo

Roberto Rodrigues foi escolhido para ser ministro no governo Lula. Sua posse, no dia 01/01/2003 foi marcada pela expressiva presença de convidados, mais de 2 mil produtores rurais de diversas regiões do Brasil, dos quais na sua grande maioria cooperativistas. Ao falar de um palanque montado na parte externa do Ministério, Roberto Rodrigues lembrou a todos que chegou ao cargo de ministro graças ao apoio dos produtores e dos cooperativistas de todo o país. “O meu partido é o cooperativismo”, disse Rodrigues, que até aí ocupara os cargos mais importantes de um dirigente cooperativista e sempre tivera o coração aberto para o diálogo e o discurso da integração, da união e do fortalecimento do sistema. O cooperativismo brasileiro estava em êxtase pela escolha do seu líder maior como ministro da Agricultura. O ministro escolheu o superintendente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, para ser diretor do Denacoop. Ricken coordenou o planejamento do ministério na área do cooperativismo, permanecendo no cargo por dezessete meses.

Lula no Dia do Cooperativismo



O cooperativismo brasileiro viveu um dia de festa no dia 4 de julho de 2003, véspera do Dia Internacional do Cooperativismo quando, pela primeira vez na história, um presidente da República recebeu cooperativistas de todo país em solenidade oficial para comemorar a data. Cerca de 500 convidados participaram da festa, realizada na Salão Nobre do Palácio do Planalto. Uma comitiva de dirigentes de cooperativas do Paraná, liderada pelo presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, participou da inédita solenidade.

3ª Gestão de João Paulo Koslovski

João Paulo Koslovski foi escolhido, pela nova diretoria eleita em março de 2003, para ser reconduzido ao cargo de presidente executivo da Ocepar. Na eleição da diretoria houve uma renovação significativa, uma vez que a maioria havia completado o período máximo de dois mandatos, conforme determina o estatuto da organização. O ano foi marcado com a flexibilização, pelo Banco Central, das normas que regulam o funcionamento das cooperativas de crédito, permitindo o surgimento das cooperativas de livre admissão. A Ocepar também constituiu o Conselho Especializado do Ramo Crédito.

Crescimento da receita

O excelente resultado econômico das cooperativas, com receita global superior a R\$ 14 bilhões – crescimento de 27% sobre o ano anterior – é o fato de destaque do ano. Esse crescimento, obtido principalmente graças ao bom desempenho das cooperativas agropecuárias, dá um novo alento ao agronegócio, que teve sérios problemas após a implantação do Plano Real em função dos juros praticados e de perdas sofridas com a adversidade climática. O crescimento do faturamento em parte foi resultado das negociações das dívidas do setor através dos diversos programas, e também graças aos novos investimentos feitos através do Prodecoop. Naturalmente, o funcionamento do SESCOOP Paraná, que reorganizou e deu nova estrutura à área de Desenvolvimento de Recursos Humanos, contribuiu para o aumento do faturamento das cooperativas.

2004

Investimentos de R\$ 850 milhões

Em 2004 o Prodecoop recebeu dotação orçamentária de R\$ 450 milhões, com encargos financeiros de 10,75% ao ano e prazo de pagamento de 12 anos. As cooperativas do Paraná absorveram cerca de 50% desse montante. O total dos investimentos, incluídos os recursos próprios e de outras linhas de financiamento, chegou a R\$ 850 milhões, aplicados em armazéns, indústrias e sistemas de escoamento da produção.

Prêmio Ocepar de Jornalismo



Durante o Encontro Estadual de Cooperativistas, realizado em dezembro, foram revelados os vencedores do Prêmio Ocepar de Jornalismo 2004. Em sua primeira edição, o concurso distribuiu R\$ 13 mil em prêmios. Concorreram mais de 50 trabalhos nas diversas categorias, tendo como tema “As Cooperativas e o desenvolvimento Econômico e Social do Paraná”. A proposta do Prêmio Ocepar de Jornalismo surgiu com a intenção de valorizar e estimular a produção jornalística na área do cooperativismo.

Lançada a revista Paraná Cooperativo

O jornal “Paraná Cooperativo”, em formato tablóide e com 12 páginas, começou a circular em junho de 1972, com patrocínio da Fundação Friedrich Naumann. Circulou ininterruptamente até meados de 1995, quando a Ocepar decidiu transformá-lo em informativo semanal. Depois, em função da facilidade da Internet, o informativo tornou-se diário, enviado por correio eletrônico, como ocorre até hoje. Em 2004, na solenidade comemorativa ao Dia Internacional do Cooperativismo, Paraná Cooperativo circulou novamente, desta vez no formato revista em cores, integralmente patrocinada pelas cooperativas. A revista “Paraná Cooperativo” tem o mesmo objetivo de jornal lançado em 1972: ser o órgão oficial de divulgação e comunicação do sistema cooperativista.

Constituição da Cooptur

A Cooperativa Paranaense de Turismo - Cooptur, foi constituída em 17 de dezembro de 2004, com apoio das seis cooperativas da Rota dos Imigrantes: Witmarsum, de Palmeira; Batavo, de Carambeí; Castrolanda, de Castro; Capal, de Arapoti; Camp, de Prudentópolis; e Agrária, de Entre Rios. A cooperativa foi constituída com objetivo de estruturar e promover o turismo nessas comunidades, onde os visitantes entrarão em contato com a cultura, a culinária, o artesanato, o trabalho e as paisagens onde vivem os imigrantes e descendentes de holandeses, ucranianos e alemães. Nessas regiões também se desenvolve a agricultura e pecuária de leite mais desenvolvidas do Brasil em termos de tecnologia e produtividade. O ex-presidente da Ocepar, Dick Carlos de Geus, foi escolhido para presidir a Cooptur.

Investimentos na capacitação e ação social

O Sistema Ocepar realizou grandes investimentos na área de treinamento e capacitação, através do SESCOOP/PR - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Paraná: mais de R\$ 3 milhões, beneficiando 70 mil pessoas entre cooperados, familiares, dirigentes e colaboradores. Ainda dentro desse contexto, as cooperativas aplicaram R\$ 1,9 bilhão em educação, contribuições sociais, saúde, seguro, lazer, meio ambiente e outros. Foram beneficiados diretamente mais de 1,7 milhão de paranaenses, além de milhares de pessoas que integram as comunidades onde o sistema está presente.

Cooperativas do Paraná faturam R\$ 18 bilhões

Uma série de fatores fez do ano 2004 um dos melhores para o cooperativismo paranaense. Não foi apenas um ano de clima adequado para na agricultura, mas resultado de uma série de ações que permitiram o sistema cooperativista realizar novos investimentos. O sistema cooperativista apresentou, em 2004, um crescimento médio de 15%. Em dezembro, a população economicamente ativa do Paraná que participava do sistema era de aproximadamente 350.000 pessoas distribuídas entre 210 cooperativas de todos os ramos. As receitas totais atingiram R\$ 18 bilhões – contra R\$ 15,5 bilhões no ano anterior –, o que representa mais de 18% do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná.

2005

Fórum Futuro 10 Paraná

A Ocepar participou, durante o ano de 2005, junto com organizações de representação da sociedade paranaense, do Fórum Futuro 10 Paraná, que teve por objetivo definir um plano estratégico e cooperativo de desenvolvimento para o Estado do Paraná. Para isso, uniu-se à Fiep, Faep, Fecomércio, ACP, Faciap, IBQP, Sebrae e Rede Paranaense de Comunicação, em discussões regionais que permitiram a formatação de documento único contendo as propostas de solução aos principais entraves ao crescimento do Paraná nos próximos dez anos. Durante seis meses foram realizados oito encontros regionais com presença média de 600 líderes empresariais, quando foram discutidos temas como turismo, educação, agronegócio, infra-estrutura, segurança, saúde, pesquisa, industrialização e qualidade de vida, entre outros.

“Cooperativa do Ano” destaca o Paraná

Lançado em 2004 pela OCB e revista Globo Rural, o “Prêmio Cooperativa do Ano” destacou as cooperativas do Paraná por duas vezes. Em 2004, sete dos oito projetos premiados foram de cooperativas do Paraná. Em 2005, ficaram com cinco dos oito projetos. O objetivo do prêmio é reconhecer os melhores trabalhos desenvolvidos por cooperativas agropecuárias de todo o País, que são mostrados em reportagens produzidas pela revista Globo Rural. Na primeira edição do prêmio foram inscritos 137 trabalhos, 60% dos quais de cooperativas do Paraná, sendo premiadas as cooperativas Agrária (com dois projetos), Coamo, Frimesa, Lar, Coopavel e a Copacol. Na edição de 2005, três cooperativas paranaenses ficaram com cinco dos oito prêmios: Cocamar, que venceu em três categorias, C.Vale e Frimesa.

Medalha do Mérito Cooperativo a colaboradores

A Ocepar concedeu, durante a realização do Encontro Estadual de Cooperativistas Paranaenses, a Medalha do Mérito Cooperativo aos colaboradores Maria Renilda Gavlak Barbosa e Nelson Costa, em reconhecimento ao seu trabalho. Maria Renilda completou 30 anos de serviços ao Sistema Ocepar, atuando na área administrativa. O superintendente adjunto da Ocepar e SESCOOP PR, Nelson Costa, havia completado 25 anos de serviços no Departamento Técnico e, a partir de 2004, como superintendente adjunto. A Medalha do Mérito Cooperativo foi instituída pela diretoria da Ocepar em 1999, a ser concedida em reconhecimento a pessoas que prestam importantes serviços ao cooperativismo.

Fórum do Meio Ambiente

O aprofundamento nas discussões das questões ambientais levou a Ocepar a criar, em 2004, o Fórum do Meio Ambiente das Cooperativas, que foi consolidado durante o ano de 2005. O fórum se reuniu cinco vezes para analisar a legislação, projetos de lei e para propor medidas mais adequadas para os integrantes das cooperativas. Ainda nessa área ambiental, o Sistema Ocepar realizou parceria com a Faculdade Martinus para a realização do curso de pós-graduação lato sensu em legislação ambiental, com ênfase em perícia e auditoria ambiental. O curso atende a exigência da lei estadual 13.448, de janeiro de 2002, que estabelece a auditoria ambiental compulsória nas empresas.

Solução aos armazéns do IBC

“Os armazéns do IBC ficam em boas mãos”. Com esta afirmação o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, entregou a cada um dos presidentes ou representantes de cinco cooperativas, cópia da portaria que oficializa a cessão, sob regime de arrendamento, de sete unidades armazenadoras do extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC). A entrega ocorreu no 15/07/2005, em solenidade realizada na sede da Ocepar. A capacidade total de armazenagem dessas unidades é de 155 mil toneladas.



SICREDI CONSÓRCIOS

A união de forças para realizar sonhos.



Quando mais de um milhão de pessoas se unem para realizar um sonho, tudo vira realidade. Por isso estamos lançando o SICREDI Consórcios. Com ele você vai conquistar o que sempre quis com mais facilidade e vantagens que só você, associado do SICREDI, pode ter. Escolha já o seu e venha para o SICREDI Consórcios realizar o seu sonho.

Gente
que coopera
cresce

SICREDI
www.sicredi.com.br

2006

A busca de recursos para a industrialização

No dia 17 de abril de 2006, com a presença do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, apresentou a demanda por novos investimentos de médio e longo prazo para as cooperativas agropecuárias paranaense. Na seqüência, o Programa de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Agroindustrial (Prodepar), foi apresentado ao presidente do BNDES. O programa foi desenvolvido diante da perspectiva da realização de novos investimentos pelas cooperativas paranaenses, na ordem de R\$ 3,4 bilhões para os próximos três anos. O Prodepar tem como objetivo principal melhorar as condições de infra-estrutura do setor primário e incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas. O programa busca a inovação e desenvolvimento tecnológico das cooperativas e deve gerar mais 20 mil novos empregos diretos e 7 mil indiretos.

Fóruns de cooperativismo para a magistratura paranaense



Os Fóruns de Cooperativismo para a Magistratura são eventos institucionais, que objetivaram aprofundar a discussão sobre direito cooperativo no Paraná. O sistema Ocepar, com apoio do Tribunal de Justiça do Paraná e em parceria com a Amapar (Associação de Magistrados do Paraná e Escola da Magistratura), realizou uma seqüência de eventos técnico-jurídicos para juízes, desembargadores, advogados e dirigentes das cooperativas paranaenses. Os eventos têm duas fases distintas, uma que demonstra a estrutura sócio-econômica do cooperativismo, e a outra jurídica, em que são discutidos assuntos de relevância, visando construir doutrina sólida no campo do direito cooperativo.

Lideranças se encontram com Lula



As lideranças cooperativistas paranaenses foram recebidas, durante duas horas, pelo presidente Luiz Ignácio Lula da Silva, durante sua visita a Foz do Iguaçu, no dia 25 de agosto de 2006. Na oportunidade, o presidente da Ocepar apresentou um resumo dos números do cooperativismo paranaense e as principais reivindicações do setor, especialmente quanto à lei cooperativista, incidência de tributos sobre o Ato Cooperativo endividamente rural. Também entregou ao presidente o livro "Ocepar 35 anos – mais de um século de história". Em seu pronunciamento, o presidente disse que seu sonho era fazer do Brasil um país cooperativo e que faria o que estivesse ao seu alcance para resolver as pendências relacionadas com as cooperativas e com o agronegócio.

Ocepar inaugura novas instalações

Durante solenidade simples realizada na tarde do dia 24 de abril de 2006, sem a presença de autoridades, a Ocepar inaugurou suas novas instalações, com 1.771 m². Presentes, mais de 100 dirigentes cooperativistas que participaram da Assembléia Geral Ordinária realizada no começo da tarde, e que contou com a presença dos presidentes da OCB, Márcio Lopes de Freitas; da Faep, Ágide Meneguette; e da Fecomércio, Darci Piana. "Fizemos uma solenidade simples, apenas com pessoas da casa, pois vivemos um momento de grandes dificuldades no setor agropecuário", justificou o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski. A obra foi construída com recursos de todas as cooperativas filiadas à Ocepar "e uma contribuição suplementar de 36 cooperativas no valor de R\$ 1,25 milhão, tornando nossa sede uma realidade", afirmou o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski. As cooperativas que contribuíram com recursos adicionais para a realização das obras estão relacionadas numa placa colocada junto ao hall de entrada do novo prédio.

Poder

de troca na agricultura

Nos gráficos abaixo estão reproduzidas algumas análises feitas pela Gerência Técnica e Econômica do Sistema Ocepar sobre o poder de troca dos produtores rurais no mês de julho de 2007. Este trabalho é realizado com base nos preços divulgados pelo Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (Seab). Com esses gráficos em mãos, os produtores podem acompanhar melhor o desempenho de sua atividade e ver, por exemplo, quanto é necessário do seu trabalho, da sua produção, para aquisição de um determinado item de consumo. ■

Foto: Arquivo Ocepar



SOJA X INSUMOS



MILHO X INSUMOS



TRIGO X INSUMOS



SOJA X MAQUINÁRIO



MILHO X MAQUINÁRIO



TRIGO X MAQUINÁRIO



INDICADORES ECONÔMICOS



INDICADORES CONJUNTURAIS DA ECONOMIA

ÚLTIMOS 12 MESES

Indicadores	Unidade	Jun 07	Mai 07	Abr 07	Mar 07	Fev 07	Jan 07	Dez 06	Nov 06	Out 06	Set 06	Ago 06	Jul 06	Jun 06	Ano 06	Ano 05	Ano 04	Ano 03	Ano 02	Ano 01
Taxa inflação		0,28	0,28	0,25	0,37	0,44	0,44	0,48	0,31	0,33	0,21	0,05	0,19	-0,21	3,14	5,69	7,60	9,30	12,53	7,67
	IGP-Di	0,26	0,16	0,14	0,22	0,23	0,43	0,26	0,57	0,81	0,24	0,41	0,17	0,67	3,80	1,23	12,13	7,66	26,41	10,40
Taxa desemp.		9,70	10,10	10,10	10,10	9,90	9,30	8,40	9,50	9,80	10,00	10,60	10,70	10,40	9,98	9,83	11,48	12,32	7,14	6,23
Taxa de câmbio	R\$/US\$	1,93	1,98	2,03	2,09	2,10	2,14	2,15	2,16	2,15	2,17	2,16	2,19	2,25	2,18	2,43	2,93	3,08	2,92	2,35
Taxa Selic		11,50	12,50	12,50	12,75	12,75	13,00	13,25	13,75	13,75	14,25	14,75	14,75	15,25	13,25	18,00	17,75	16,50	25,00	19,00
TJLP	%	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,85	6,85	6,85	7,50	7,50	7,50	8,15	6,50	9,75	9,75	11,01	10,00	10,00
TR		0,095	0,169	0,127	0,188	0,072	0,219	0,152	0,128	0,188	0,152	0,244	0,175	0,194	0,170	0,233	0,150	0,379	0,231	0,189
Balança Com.	Bi US\$	3,82	3,87	4,20	3,32	2,88	2,49	5,01	3,19	3,92	4,43	4,51	5,64	4,08	46,07	44,70	33,64	24,79	13,12	2,65
Res. Internac.		147,10	136,42	121,83	109,52	101,07	91,09	85,84	83,11	78,20	73,33	71,48	66,82	62,67	85,84	53,80	52,93	46,56	37,06	35,87

Fonte: IPEA, IBGE, Bacen, Mdic, Elaboração: Ocepar/Getec – Julho/2007.

INDICADORES DE PREÇOS DO AGRONEGÓCIO

ÚLTIMOS 12 MESES

Indicadores	Unidade	Jun 07	Mai 07	Abr 07	Mar 07	Fev 07	Jan 07	Dez 06	Nov 06	Out 06	Set 06	Ago 06	Jul 06	Jun 06	Ano 06	Ano 05	Ano 04	Ano 03	Ano 02	Ano 01
Algodão caroço	R\$/@	14,69	14,63	14,58	14,39	13,23	13,08	13,08	13,08	13,11	13,15	13,14	13,13	13,11	13,15	13,22	17,03	17,50	9,96	8,28
Café em coco	kg/renda	3,36	3,30	3,45	3,64	3,82	4,06	4,06	3,63	3,30	3,28	3,24	3,16	3,16	3,46	3,61	2,82	2,31	1,56	1,42
Milho	R\$/Sc	14,60	14,54	14,83	16,25	16,33	16,44	16,44	15,40	13,26	12,03	11,81	12,12	12,45	12,59	14,35	15,53	15,73	13,90	8,31
Soja	R\$/Sc	27,30	27,03	27,21	28,62	29,50	28,43	28,43	29,01	26,55	24,50	23,91	24,58	24,81	25,31	27,56	38,42	37,42	25,69	19,06
Trigo	R\$/Sc	25,78	25,31	24,64	24,64	24,80	26,34	26,34	27,54	26,09	22,00	20,31	19,42	19,35	21,37	19,57	24,51	27,24	29,49	15,65
Cana-de-açúcar	R\$/t	29,54	32,63	34,16	34,19	34,63	35,91	35,91	35,94	36,37	37,15	38,10	37,09	35,82	34,04	28,24	25,77	26,04	20,02	21,06
Mandioca	R\$/t	120,44	133,37	137,47	133,56	135,81	139,30	139,30	125,48	89,07	77,41	75,79	74,41	75,76	88,86	115,02	238,10	197,95	59,08	45,12
Boi gordo	R\$/@	52,57	51,55	52,23	52,79	52,14	52,02	52,02	53,80	57,11	53,61	50,96	45,69	44,57	48,86	50,76	55,89	54,14	45,41	40,21
Frango vivo	R\$/kg	1,29	1,27	1,29	1,38	1,39	1,19	1,19	1,22	1,29	1,19	1,15	1,12	1,17	1,18	1,36	1,44	1,37	1,02	0,86
Leite cota	R\$/l	0,53	0,49	0,46	0,44	0,43	0,44	0,44	0,45	0,45	0,45	0,45	0,45	0,44	0,43	0,46	0,45	0,41	0,30	0,28
Suíno raça	R\$/kg	1,48	1,40	1,35	1,43	1,56	1,55	1,55	1,53	1,52	1,44	1,41	1,14	1,23	1,42	2,13	2,24	1,59	1,17	1,23

Fonte: Seab/Deral, Elaboração: Ocepar/Getec – Julho/2007. Preços médios mensais e anuais recebidos pelos produtores paranaenses.

INDICADORES DO COOPERATIVISMO

Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Faturamento (bilhões R\$)	6,49	8,02	11,21	15,50	18,00	16,5	16,5
Cooperativas (unidades)	194	193	202	204	210	228	229
Cooperados (unidades)	243.224	245.884	266.523	293.579	348.000	403.195	406.791
Colaboradores (unidades)	28.460	30.421	32.693	39.059	45.000	49.000	50.000
Exportações (milhões US\$)	355,42	633,82	643,87	800,00	1.000,00	700	850
Investimentos (milhões R\$)	-	300	350	450	780	600	790
Participação no PIB do Paraná	9,70%	10,50%	13,30%	16,50%	18%	18%	16,5%
Participação no PIB agropecuário do PR	47%	55%	52%	53%	55%	55%	55%

Fonte: Ocepar/Getec.

**Linha
Temperados**



Copacol

Receita para ser Feliz

**Conheça o lançamento mais saboroso
que a Copacol preparou para você!**



45 3241-8080 | www.copacol.com.br

IV Prêmio

OCEPAR

**de Jornalismo
2007**



.....» Tema

**Cooperativismo:
Desenvolvimento econômico
com responsabilidade social**

.....» Inscrições até

1º de novembro de 2007

Matérias publicadas ou veiculadas entre 1º de janeiro e 31 de outubro de 2007

.....» Informações

(41) 3200.1100 - imprensa@ocepar.org.br - www.ocepar.org.br

Iniciativa:



Apoio:

